|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Pregão Eletrônico 16/2021** | | **Data de abertura: 20/07/2021 às 14 h** | |
| **Objeto** | | | |
| Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças com prestação de serviços técnicos para instalação de medidores, sensores de nível de água, chaves boias e dispositivos de controle, com fornecimento de licença de software para atualização e integração ao sistema de automação predial existente no Edifício-Sede do Conselho nacional do Ministério Público. | | | |
| **Valor Total Estimado** | | | |
| **R$ 122.412,48 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e oito centavos)** | | | |
| **Registro de Preços?** | **Vistoria** | **Instrumento Contratual** | **Forma de Adjudicação** |
| Não | Facultativa | Contrato | Menor Preço global |
| **Documentos de Habilitação** | | | |
| Ver Item 10 do Edital | | | |
| **Lic. Exclusiva ME/EPP?** | **Reserv. Cota ME/EPP?** | **Exige Amostra/Dem.?** | **Dec. nº 7.174/2010?** |
| Não | Não | Não | Não |
| **Prazo para envio da proposta/documentação** | | | |
| Até 2h após a convocação realizado pelo (a) pregoeiro(a) | | | |
| **Pedidos de Esclarecimentos** | | **Impugnações** | |
| Até 15/07/2021 para o endereço licitacoes@cnmp.mp.br | | Até 15/07/2021 para o endereço licitacoes@cnmp.mp.br | |
| **Relação de itens** | | | |
| Ver Item 9.8 do Edital | | | |

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 16/2021**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI 19.00.6160.0001222/2021-44**

**UASG – 590001**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [**www.comprasgovernamentais.gov.br**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)

**DATA: 20/07/2021**

**HORÁRIO: 14 horas**

**Obs:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

O **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, sediado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2, Lote 3, Ed. Adail Belmonte, CEP 70070-600, torna público, por meio do Pregoeiro Marciel Rubens da Silva e sua equipe de apoio, designados pela Portaria nº 85, de 03 de maio de 2021 do Exmo. Senhor Secretária-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, que no **dia 20 de julho de 2021, às 14 horas (horário de Brasília-DF)**, ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, através do endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/), que realizará licitação do **tipo MENOR PREÇO, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, execução indireta, empreitado por preço global,** visando a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças com prestação de serviços técnicos para instalação de medidores, sensores de nível de água, chaves boias e dispositivos de controle, com fornecimento de licença de software para atualização e integração ao sistema de automação predial existente no Edifício-Sede do Conselho nacional do Ministério Público**, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993, pelo Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, e Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no que couber, com as devidas alterações, e demais normas pertinentes.

## 1 – CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

**1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.**

## 2 – DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças com prestação de serviços técnicos para instalação de medidores, sensores de nível de água, chaves boias e dispositivos de controle, com fornecimento de licença de software para atualização e integração ao sistema de automação predial existente no Edifício-Sede do Conselho nacional do Ministério Público, conforme especificaçõesconstantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos:

1. Termo de Referência - Anexo I;
2. Planilhas de Custos e Formação de Preços – Anexo II;
3. Declaração de Regularidade - Anexo III;

4. Minuta de Contrato - Anexo IV.

**3** – **DAS** **CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1 **Poderão participar desta licitação empresas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado, atendam às condições exigidas neste Edital e seus anexos e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.**

* 1. **Não poderá participar desta licitação:**

a) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) empresa apenada com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNMP;

c) empresa apenada com o impedimento de licitar e contratar com a união;

d) empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) empresa em processo de falência ou sob regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f) empresa em regime de subcontratação.

3.2.1 Para fins do disposto na alínea “d” do item 3.2, entende-se por ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

3.3 Todos os documentos exigidos na presente licitação devem estar em nome da empresa licitante e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente, quando for o caso.

3.4. O licitante será responsável pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento licitatório e da consequente contratação, sob as penas da lei.

3.5 **Não** **poderão participar deste Pregão empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme disposto na Resolução CNMP nº 37/2009, com as alterações promovidas pela Resolução CNMP nº 172/2017.**

**4 – DO CREDENCIAMENTO**

4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4.6 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), para que essas possam gozar dos benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que, à época do credenciamento, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

4.7. Quem prestar declaração falsa na manifestação de que trata o item anterior sujeitar-se-á à penalidade prevista no item 11 deste Edital.

**5 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**5.9. Concluída a etapa de lances, a empresa detentora do menor lance deverá encaminhar sua proposta contendo as especificações detalhadas do objeto, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contada do encerramento da etapa de lances, com preços unitários e total atualizados (no máximo com duas casas decimais) em conformidade com os lances eventualmente ofertados. A comprovação dar-se-á, preferencialmente, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, ou para o endereço eletrônico** licitacoes@cnmp.mp.br**.**

5.9.1 Antes de findo o prazo para envio da documentação acima estabelecido, este poderá ser prorrogado, a critério do pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, via chat no COMPRASNET.

5.9.2. Prazo de validade da propostanão poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

**5.9.3. A especificação deverá ser clara e completa, ou seja, detalhamento do objeto, observadas as especificações básicas constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital;**

5.9.4 Preço unitário e total, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, expresso em moeda corrente nacional (R$), considerando as quantidades constantes do Anexo I deste Edital;

5.10 Os Preços unitário e total, devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R$), considerando as quantidades constantes na planilha do Anexo I deste Edital;

5.11 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

5.13. Serão desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

5.13.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

## 06 – DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A partir da data e horário previstos no preâmbulo do Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 16/2021, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.

6.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.3. Não se admitirá proposta que apresentar preço global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos.

6.4 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de desconexão.

## 07 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

7.1 **Até o dia 15/07/2021**, 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, para o endereço licitacoes@cnmp.mp.br

7.1.1 Pregoeiro **decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis** e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 15/07/2021**, 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico, via internet, via correio eletrônico licitacoes@cnmp.mp.br.

## 08 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.4 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 1% (um por cento).

8.5 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.6 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.7 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.8 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.11. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

8.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.13 Encerrada a etapa de lances, e se a empresa que apresentou o menor preço, não se enquadrar como ME ou EPP, e houver propostas apresentadas por ME ou EPP, no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, serão observados os requisitos do art. 44, § 2º e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, observado o prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após a solicitação do Pregoeiro, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

8.14 Caso a ME ou EPP se valha da prerrogativa do item anterior, o Pregoeiro e sua equipe, quando da habilitação, verificarão junto ao Portal da Transparência (www.portaldatransparência.gov.br) se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao último exercício, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da LC 123/2006.

8.15. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

8.15.1 prestados por empresas brasileiras;

8.15.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.15.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.16. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.17. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, sendo a negociação acompanhada pelos demais licitantes, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.18 O Pregoeiro poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.19. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de ACEITAÇÃO, permanecendo on-line para a resposta de dúvidas por parte do Pregoeiro, bem como eventual negociação de valores.

8.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/).

8.22 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

## 09 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços, quando necessária, deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

9.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços, quando solicitada, deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

9.4 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

9.5 No julgamento das propostas, após a etapa de lances, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o menor preço global, sendo aceito duas casas decimais, com o valor unitário exato (sem dízimas), conforme as planilhas de Formação de Preços constantes do Anexo II.

9.6 O lançamento dos valores da proposta inicial no sistema Comprasnet é de responsabilidade do LICITANTE, qualquer falha ou erro no lançamento implicará na desclassificação da proposta tendo como justificativa valores irrisórios ou erro material.

9.7 O Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não deverão ser incluídos na Planilha de Custos e Formação de Preço.

9.8 **O limite máximo aceitável para a contratação será conforme tabela abaixo:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **INSTALAÇÃO DE MEDIDORES E SENSORES DE NÍVEL DE ÁGUA COM INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO PREDIAL** | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unitário  (R$). | Valor Total  (R$) |
| 1 | HIDRÔMETRO MULTIJATO RELOJOARIA PLANA FIXA 40°C DN 1.1/2" QN 10 - DEVE POSSUIR SENSOR EMISSOR DE SINAL TIPO PULSO IMPLEMENTADO | UNIDADE | 11 | 1.389,75 | 15.287,25 |
| 2 | CONTROLADORA DAC1600 - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 1 | 6.404,70 | 6.404,70 |
| 3 | CONTROLADORA DFM1600 - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 1 | 5.931,03 | 5.931,03 |
| 4 | CONTROLADORA DFM400P - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 4 | 4.565,54 | 18.262,16 |
| 5 | CHAVE DE NÍVEL DO TIPO BOIA PERA | UNIDADE | 10 | 68,51 | 685,10 |
| 6 | TRANSMISSOR DE NÍVEL DO TIPO HIDROSTÁTICO | UNIDADE | 1 | 1.955,10 | 1.955,10 |
| 7 | TRAFO 220V para 24v | UNIDADE | 2 | 235,58 | 471,16 |
| 8 | BLOCO DE CONTATO AUXILIAR PARA BOTOEIRA PENDENTE, 1NA | UNIDADE | 2 | 36,66 | 73,32 |
| 9 | QUADRO DE COMANDO - 500X500X200 | UNIDADE | 2 | 1.007,19 | 2.014,38 |
| 10 | SUPORTE PARA DISJUNTOR DIN - TRILHO DIM - AÇO GALVANIZADO - 1 Metro | BARRA | 1 | 22,08 | 22,08 |
| 11 | DISJUNTOR UNIPOLAR 16A -CURVA C | UNIDADE | 2 | 28,95 | 57,90 |
| 12 | TOMADA PARA TRILHO | UNIDADE | 2 | 34,36 | 68,72 |
| 13 | BORNE - TERMINAL DE PASSAGEM (SAK) - FASE 2,5 MM | UNIDADE | 100 | 2,46 | 246,00 |
| 14 | CANALETA RECORTE ABERTO 30X30 CINZA | BARRA | 4 | 40,05 | 160,20 |
| 15 | CABO PARA CONTROLE/INSTRUMENTAÇÃO ELETRÔNICA COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM BLINDAGEM COLETIVA COM FITA DE POLIESTER ALUMINIZADA OU MALHA EM COBRE ESTANHADO, COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR-7289, NM-280 - ROLO DE 100 Metros | ROLO | 4 | 648,57 | 2.594,28 |
| 16 | CABO PP FLEXÍVEL COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR NM 280 e NBR NM 247-2 - ROLO DE 100 Metros | ROLO | 2 | 513,83 | 1.027,66 |
| 17 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 3/4", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 3/4" | UNIDADE | 26 | 29,87 | 776,62 |
| 18 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 3/4" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | UNIDADE | 18 | 20,18 | 363,24 |
| 19 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 1", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 1". | UNIDADE | 16 | 36,66 | 586,56 |
| 20 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 1" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | UNIDADE | 18 | 26,52 | 477,36 |
| 21 | LUVA ROSCÁVEL E SOLDÁVEL PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 22 | 17,20 | 378,40 |
| 22 | LUVA DE UNIÃO PVC MARROM 40MM 1.1/4" ÁGUA FRIA - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 22 | 43,14 | 949,08 |
| 23 | TUBO SOLDÁVEL PARA ÁGUA FRIA PVC MARROM 3 METROS DE COMPRIMENTO DIÂMETRO DE 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 2 | 100,30 | 200,60 |
| 24 | JOELHO 90° SOLDA PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 8 | 11,71 | 93,68 |
| 25 | ABRAÇADEIRA PARA FIXAR TUBOS PLÁSTICOS NA HORIZONTAL OU NA VERTICAL 1.1/4" - 40MM | UNIDADE | 22 | 2,86 | 62,92 |
| 26 | FORNECIMENTO DO SOFTWARE enteliWEB - DELTA CONTROLS, COM SUPORTE PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL, OPÇÃO DE LICENCIAMENTO eW500 COM OS SEGUINTES COMPLEMENTOS: - EV enteliVIZ graphics; -EM Energy management | LICENÇA | 1 | 27.787,98 | 27.787,98 |
| 27 | SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, INTEGRAÇÃO DOS DISPOSITIVOS, DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE AUTOMAÇÃO COM TELAS GRÁFICAS, REGISTRO DE DADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS, TESTES E COMISSIONAMENTO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS COMPLEMENTARES DO SISTEMA DELTA CONTROLS PARA IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E REGISTRO DOS NOVOS PARÂMETROS | SERVIÇO | 1 | 35.475,00 | 35.475,00 |
| **VALOR TOTAL ANUAL (R$):** | | | | | **122.412,48** |

9.9 Serão desclassificadas as propostas com valores unitários e total, acima do limite estimado, na fase de “Aceitação”.

9.10 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de Habilitação, o pregoeiro examinará a melhor proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.11 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, após a habilitação e julgamento de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço, e o licitante será declarado vencedor, sendo convocado para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital.

**9.12 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.**

9.13 O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências, julgadas necessárias à análise das propostas, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.14 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.15 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas), sob pena de não aceitação da proposta.

9.17 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

9.18 Será recusada a proposta do licitante vencedor da fase de lances que esteja em desacordo com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório, que deixe de atender às exigências nele contidas, que se oponha a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consigne preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, e ainda, que apresente irregularidades insanáveis.

9.19 Na fase de Aceitação da Proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor a reapresentação de sua proposta comercial, caso detecte falha sanável na mesma.

9.20 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 A habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

a) **SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;**

b) **CEIS –** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>);

c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa** do CNJ – Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT [(http://www.tst.jus.br/certidao).](http://www.tst.jus.br/certidao)

10.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.1 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019

10.3 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**10.4 Habilitação jurídica:**

10.4.1 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.2 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.4.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.4.4 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**10.5 Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.5.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

10.5.2 prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de FGTS – CRF);

10.5.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.5.4 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.5.5 certidão de regularidade trabalhista (CNDT);

**10.6 Qualificação Econômico-Financeira:**

10.6.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.6.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.6.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.6.3 Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor ofertado pela licitante, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

10.7 **Qualificação Técnica**

10.7.1. Para comprovação de fornecimento/serviços dos produtos do objeto do termo de referência será exigido da licitante vencedora apresentação de atestado/declaração de capacidade técnica, em seu nome, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado de acordo com as especificações contidas no item 14 – Critérios de qualificação técnica exigidas para a CONTRATADA no Termo de Referência.

10.7.2 Por iniciativa própria, o CNMP poderá promover diligências que comprovem a parceria oficial declarada pela licitante.

10.8 **Documentação complementar:**

10.8.1 **Declaração de regularidade (anexo III do edital);**

10.9 A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.10 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.11 Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.

10.12 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

10.13 Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

10.14 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.14.1 Os documentos **deverão ser apresentados com validade em dia** na data de apresentação da proposta. **Os documentos** **apresentados com validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a INABILITAÇÃO do proponente.**

10.15 Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentados pelo art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

10.16 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, tratando-se de ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.17 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções aludidas pelo artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.18 O licitante deverá declarar quaisquer fatos supervenientes à inscrição cadastral impeditivos de sua habilitação.

10.19 **A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Em havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.**

10.20 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CNMP e a ele endereçadas;

10.21 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CNMP, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos;

10.22 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

## 11 - DAS PENALIDADES

11.1 O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002, 8.666/93 e Decreto no 10.024/19.

**11.2 Conforme o disposto no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 e no Acórdão 754/2015-TCU, a licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.**

11.3 Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art.78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de outras:

a) advertência;

b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses previstas nos itens 18 – Das Sanções Administrativas do Termo de Referência e 19 – Tabelas de Penalidades, ambos do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93).

11.5 As multas aplicadas serão deduzidas do valor do pagamento devido ao licitante vencedor, quando possível, ou por via de procedimento extrajudicial ou judicial, conforme o caso.

11.6 No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

11.7 Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93 e a constantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

11.8 De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.9 Da aplicação das penas definidas no § 1º e no art. 87, da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

11.10 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.11 Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.

11.12 O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do CONTRATANTE, localizado no edifício Adail Belmonte, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 03 Lote 02, Brasília/DF, nos dias úteis, das 13h às 17h.

**12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer.

12.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame importará preclusão do direito recursal. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.3 Os recursos serão dirigidos ao Ordenador de Despesas do CNMP por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 dias úteis ou, nesse período, encaminhá-los ao Ordenador de Despesas, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 Declarada a vencedora da licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interpor recurso, ou julgados os que interpostos forem, será o procedimento submetido ao Ordenador de Despesas para homologação.

12.5 Encerrada a sessão pública, a ata respectiva será disponibilizada imediatamente na internet para acesso livre de todos os licitantes e à sociedade.

12.6 Os recursos relativos à aplicação das penalidades previstas no item 11 e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV da referida Lei, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

12.7 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

12.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da CPL, SAFS (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Lote 3, Ed. Adail Belmont, em Brasília – DF.

**13– DA ASSINATURA DO CONTRATO**

13.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, **contados a partir da data de sua assinatura,** não podendo ser prorrogado e em conformidade com o cronograma de execução constante na tabela do subitem 11.1 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

13.2 O CNMP convocará a adjudicatária para assinar o contrato, por meio eletrônico, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNMP , no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, sujeitando-se às penalidades aludidas nos termos do art. 81 da Lei nº 8.666/93, bem como a aplicação das sanções previstas no item 11 deste Edital e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

13.3 Impreterivelmente dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação que lhe seja feita pelo CNMP, a licitante vencedora deverá requerer cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNMP, mediante o que dispõe a PORTARIA CNMP-PRESI Nº 77, de 8 de agosto de 2017, principalmente em seu Art. 8º.

13.4 O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Coordenadoria de Administração/CNMP, conforme previsto no Parágrafo 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93.

13.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela Contratada durante a vigência do contrato.

13.6 A Adjudicatária que não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

13.7 Até a efetiva Assinatura do Contrato, poderá ser desclassificada a proposta da licitante vencedora, caso o Conselho Nacional do Ministério Público venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.8 A Nota de Empenho poderá ser anulada a qualquer tempo, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

**14 – DA FISCALIZAÇÃO**

14.1 Nos termos do Art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/93, o CNMP designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

14.1.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

14.2 Da mesma forma, a Adjudicatária deverá indicar um preposto para, se aceito pelo CNMP, representá-la na execução do Contrato.

14.3 Nos termos da Lei nº 8.666/93 constituirá documento de autorização para a execução dos serviços o Contrato Assinado, acompanhado da Nota de Empenho.

14.4 O Conselho Nacional do Ministério Público, poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

14.5 Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao Objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para o CNMP.

**15 – DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**15.1 - Serão os constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

**16 – DAS OBRIGAÇÕES DO CNMP**

**16.1 São as constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.**

**17 – DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR**

**17.1 São as constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.**

## 18 – DA DOTAÇÃO

18.1Os recursos dessa contratação estão consignados no orçamento da União para 2021 no Programa 03.032.0031.8010.0001, Ação 8010, Fonte 0100, Elementos Contábeis 33.90.30-24, 3.3.90.30-26, 3.3.90.40-06 e 3.3.90.40-22.

## 19 – DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento será efetuado conforme a seção 11 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## 20 – DO PRAZO DE GARANTIA E DO SUPORTE TÉCNICO

20.1 A CONTRATADA prestará garantia e assistência técnica dos dispositivos fornecidos e dos componentes a eles associados, nos termos do item 9 do Termo de Referência – Anexo I do Edital

## 21 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 A Autoridade Competente do CNMP, poderá anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.2 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

21.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e § 2º, inciso II, art. 65, da Lei nº 9648/98.

21.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sendo possível ao Pregoeiro solicitar pareceres técnicos, pedir esclarecimentos e promover diligências em qualquer fase do presente certame e sempre que julgar necessário.

21.5 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CNMP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.**

21.7 Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no item 11 do presente Edital, o lance é considerado proposta.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias úteis em que houver expediente no CNMP.

21.9 Este Edital será fornecido a qualquer interessado, na Sede do Conselho Nacional do Ministério Público, Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 2, Lote 3, Ed. Adail Belmonte, ou ainda nos sítios [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) e [www.cnmp.mp.br](http://www.cnmp.gov.br/) (link de licitações).

21.10 As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 21.9, das eventuais republicações e/ou retificações de Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

21.11 Independentemente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

21.12 Caberá à CONTRATADA, independentemente de declaração expressa, cientificar-se e submeter-se, no que couber, ao disposto no CÓDIGO DE ÉTICA DO CNMP, estabelecido pela Portaria CNMP-PRESI Nº 44, de 9 de abril de 2018.

21.13 Considerando que a empresa a ser CONTRATADA tem qualificação técnica e comprovada capacidade para execução do objeto da presente licitação, de modo algum será aceita qualquer alegação, durante a execução do contrato, quanto a possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções contidas no conjunto de elementos que constitui a documentação referente a este objeto, como pretexto para pretender cobrar materiais/equipamentos e/ou serviços, ou alterar a composição dos preços unitários.

21.14 Fica acordado a exigência de que o domicílio bancário dos empregados terceirizados deverá ser o Distrito Federal.

21.15 O CNMP não é unidade cadastradora do SICAF, apenas realiza consulta junto ao mesmo.

21.16 Os casos omissos, bem como dúvidas suscitadas, serão dirimidas pelo Pregoeiro através do correio eletrônico licitacoes@cnmp.mp.br.

21.17 O foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF, é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital.

Brasília, de de 2021.

**Marciel Rubens da Silva**

Pregoeiro/CNMP

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 16/2021**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI 19.00.6160.0001222/2021-44**

**UASG – 590001**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **DO OBJETO**
   1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços englobando o fornecimento de mão-de-obra; ferramentas; equipamentos; materiais de consumo e componentes necessários para a instalação de medidores de água com sensor emissor de sinal tipo pulso implementada, além de medidor hidrostático de nível e chaves de nível para os reservatórios inferiores de água potável e poços de recalque de esgoto e águas pluviais, e integrá-los aos quadros de controle e de comandos e sistema de automação predial visando o monitoramento e registro dos dados coletados, executando as conexões físicas dos dispositivos e novas controladoras a serem fornecidas com as controladoras e gerenciadoras Delta Controls existentes na edificação, bem como o desenvolvimento do software necessário na plataforma enteliWEB da Delta Controls, cuja licença deverá ser fornecida visando a atualização do atual sistema já existente, software OrcaView, descontinuado pelo fabricante Delta Controls. A capacidade da licença do software enteliWEB a ser fornecido, conforme especificado neste Termo de Referência, visa a manutenção dos parâmetros monitorados atualmente, bem como de possibilitar a visualização e monitoramento das informações em tempo real (níveis dos reservatórios inferiores e poços de recalque, volume do reservatório superior e consumo de água das colunas de água e ramal de entrada) e registro dos dados em banco de dados SQL para possibilitar a leitura e a visualização do histórico de consumo e das demais informações coletadas.
2. **Justificativa e Alinhamento com o Planejamento Estratégico**
   1. A presente contratação está atrelada à ação PG\_21\_COENG\_001 – Ações de Sustentabilidade, presente no Plano de Gestão para o exercício de 2021.
   2. A ação citada possui um escopo amplo voltado para o aumento da eficiência operacional e energética da edificação, de modo a possibilitar a incorporação à edificação de equipamentos para monitoramento de gastos com energia elétrica e o consumo de água e de permitir uma melhor gestão de tais recursos. Considerando que no ano de 2020 foram providenciadas contratações visando a medição e monitoramento de energia elétrica, neste ano de 2021 o foco é no monitoramento do consumo de água e em um melhor controle e acompanhamento do funcionamento do sistema de recalque de água potável, pluvial e de esgoto.
   3. Destaca-se que tal iniciativa vem ainda ao encontro de outras iniciativas já implementadas pela COENG visando maior automação predial, com possibilidade de monitoramento em tempo real, e à distância, agilizando a detecção de falhas, minimizando problemas, facilitando a operação dos sistemas e acelerando a realização de manutenções corretivas quando necessário. Atualmente o CNMP já conta com sistemas automatizados para os serviços de central de telefonia, operação de ar-condicionado central, sistema de fornecimento de energia e climatização para o Data Center do CNMP e sistema de elevadores, encontrando-se em implantação o monitoramento de energia geral do prédio e do sistema de ar-condicionado central, a ser complementado pela implantação do sistema de monitoramento de consumo de água previsto nesta contratação.
   4. Com a atualização do software de automação atualmente existente, OrcaView, cuja produção, manutenção e atualizações foram descontinuadas pela fabricante Delta Controls; substituindo-o pelo software enteliWEB, será possível a utilização de recursos mais avançados de visualização gráfica, monitoramento, emissão de relatórios e avaliações gerenciais, ao passo que facilitará o acesso remoto e visualização e monitoramento dos dados em tempo real pelas pessoas autorizadas, bem como estará atualizado com o parque computacional atualmente disponibilizado pela área de Tecnologia da Informação - TI do CNMP, possibilitando aumento da segurança da sua utilização e total compatibilidade com os sistemas operacionais em uso.
   5. O monitoramento do consumo de água do prédio possibilita a adoção de medidas mais concretas, com estabelecimento de metas e melhor definição de ações estratégicas visando a redução do consumo de água de forma a reduzir custos e a contribuir para a sustentabilidade ambiental.
   6. De forma a garantir vantajosidade para a Administração na contratação pretendida, os itens foram agrupados em um único lote por se tratar de itens de mesma natureza e executados por empresas do mesmo ramo de atividade. Tal providência possibilita, ainda, não limitar a ampla competitividade, além de propiciar a devida economia de escala e tornar menos onerosa e mais efetiva a administração do Contrato.
   7. O fornecimento do software enteliWEB, com suporte técnico e atualizações do Fabricante, pelo período de 12 (doze) meses, se justifica de modo a garantir o pleno funcionamento do sistema ao longo do tempo com o suporte e as atualizações do fabricante, garantindo-se sempre acesso à última versão do software e compatibilidade com os sistemas computacionais utilizados pela área de Tecnologia da Informação – TI do CNMP.
   8. Em complemento, não é conveniente a separação do lote específico previsto para essa contratação em lotes distintos, visto que no caso em questão é apropriado atribuir a uma única empresa a responsabilidade pela qualidade do produto, que são os equipamentos corretamente instalados, programados e integrados ao sistema de automação, compondo um produto final único e interdependente e a posterior garantia e assistência técnica a ser disponibilizada. A aquisição de equipamentos por empresas diversas e posterior instalação por outras traria inegáveis prejuízos, dado a dificuldade em se perquirir quem deu causa a uma possível falha de funcionamento, bem como a influência no oferecimento da garantia das instalações como um todo. Com isso a adjudicação a ser adotada é por menor preço global, em regime de empreitada global, devendo a CONTRATADA fornecer todos os serviços e equipamentos.
3. **DA Descrição dA INFRAESTRUTURA PREDIAL E DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS**
   1. Trata da descrição das características gerais da edificação e da infraestrutura predial existente, além da descrição dos serviços a serem prestados.
      1. A Sede do CNMP fica situada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3, em Brasília-DF, Edifício Adail Belmonte. O imóvel é composto de uma edificação com 11.748,54 m² de área total, possuindo os seguintes pavimentos: 2º Subsolo, 1º Subsolo, Semienterrado, Térreo, 1º Pavimento, 2º Pavimento, 3º Pavimento e Cobertura.
      2. Abastecimento de água e esgotamento sanitário e águas pluviais:
         1. A alimentação de água do prédio é feita a partir da rede pública da concessionária CAESB que alimenta três reservatórios inferiores localizados no segundo subsolo (G2), com 20.000 litros cada um, perfazendo um total de 60.000 litros.

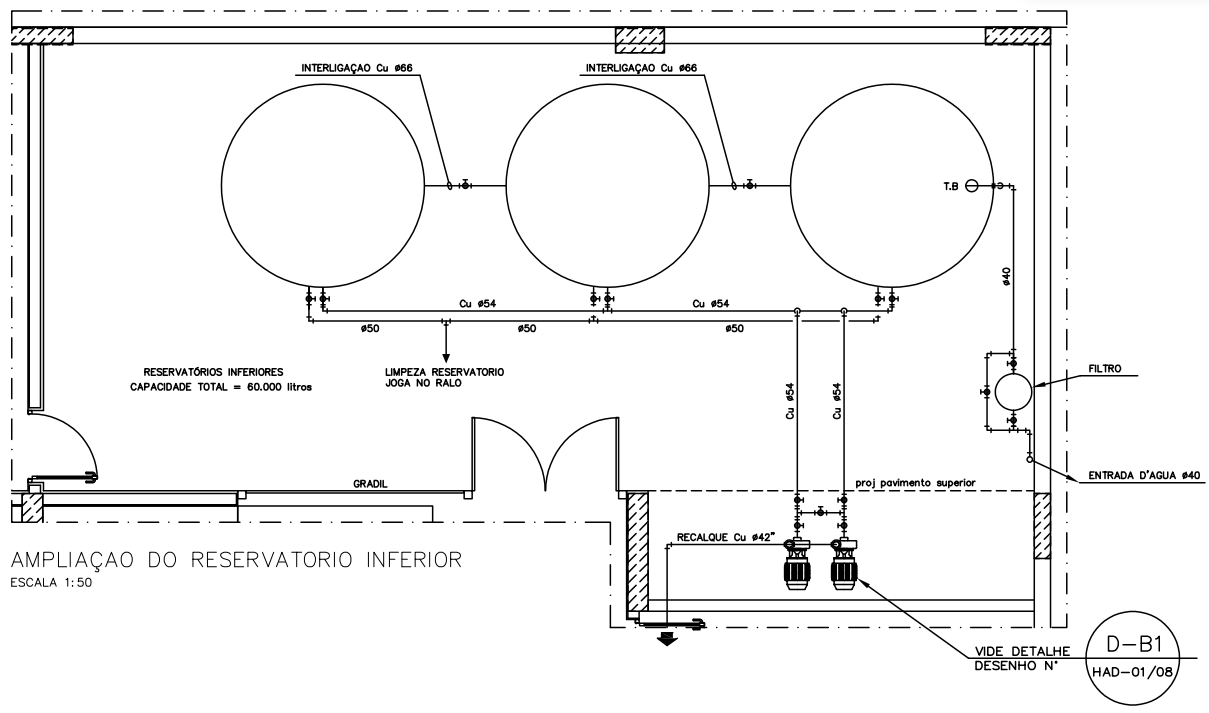


Figura 1 : Vista em planta da situação dos reservatórios inferiores na G2, da rede de alimentação (DN 40 mm) e do sistema do sistema recalque.

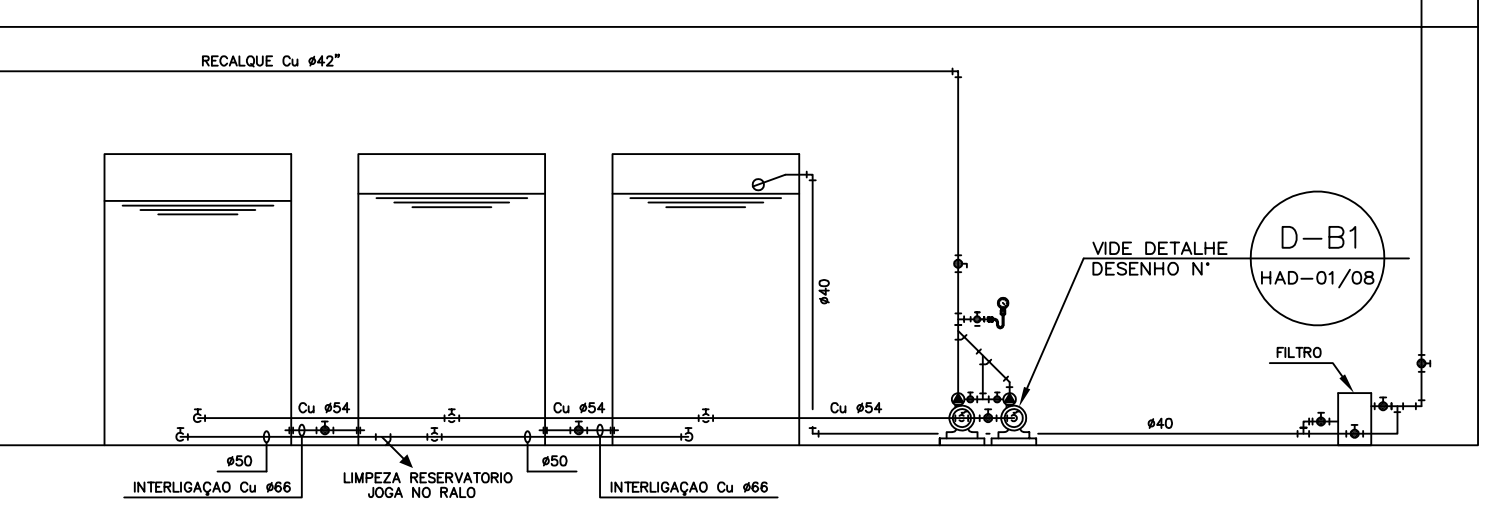


Figura 2 : Vista em elevação dos reservatórios inferiores, da rede de alimentação DN 40 mm e do sistema do sistema recalque.

* + - 1. Os reservatórios inferiores alimentam o reservatório superior através de conjunto motobomba e quadro de comando padrão, com opções de funcionamento em modo manual, desligado ou automático, mas sem interligação ao sistema de automação predial.
      2. O reservatório superior é abastecido pelo sistema de recalque dos reservatórios inferiores e possui capacidade máxima para consumo de 51.300 litros, sendo 18.000 litros de Reserva Técnica para Incêndio.

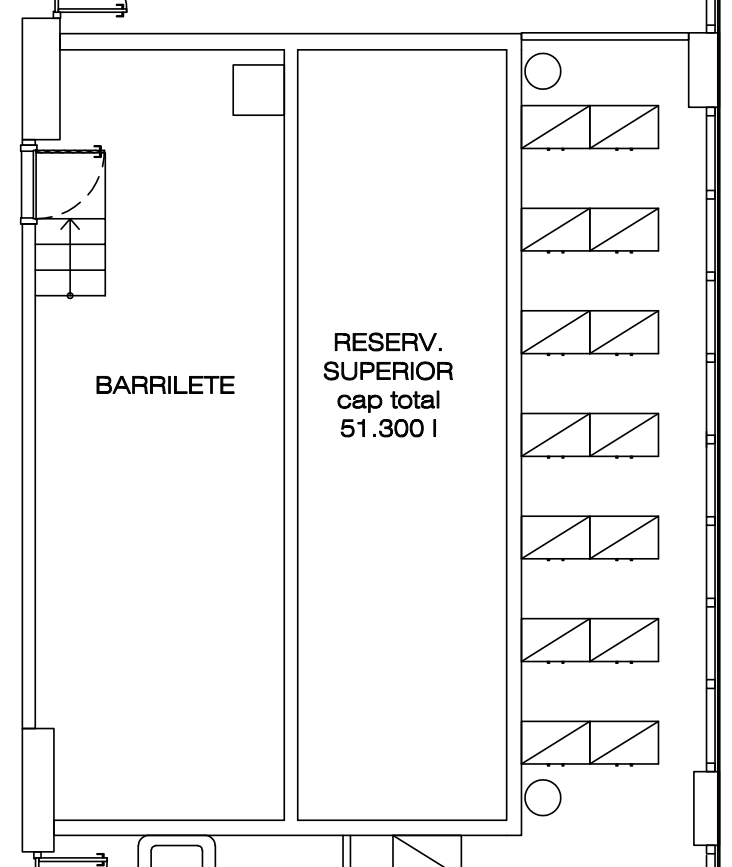


Figura 3 : Vista em planta do ambiente do Barrilete e do Reservatório Superior

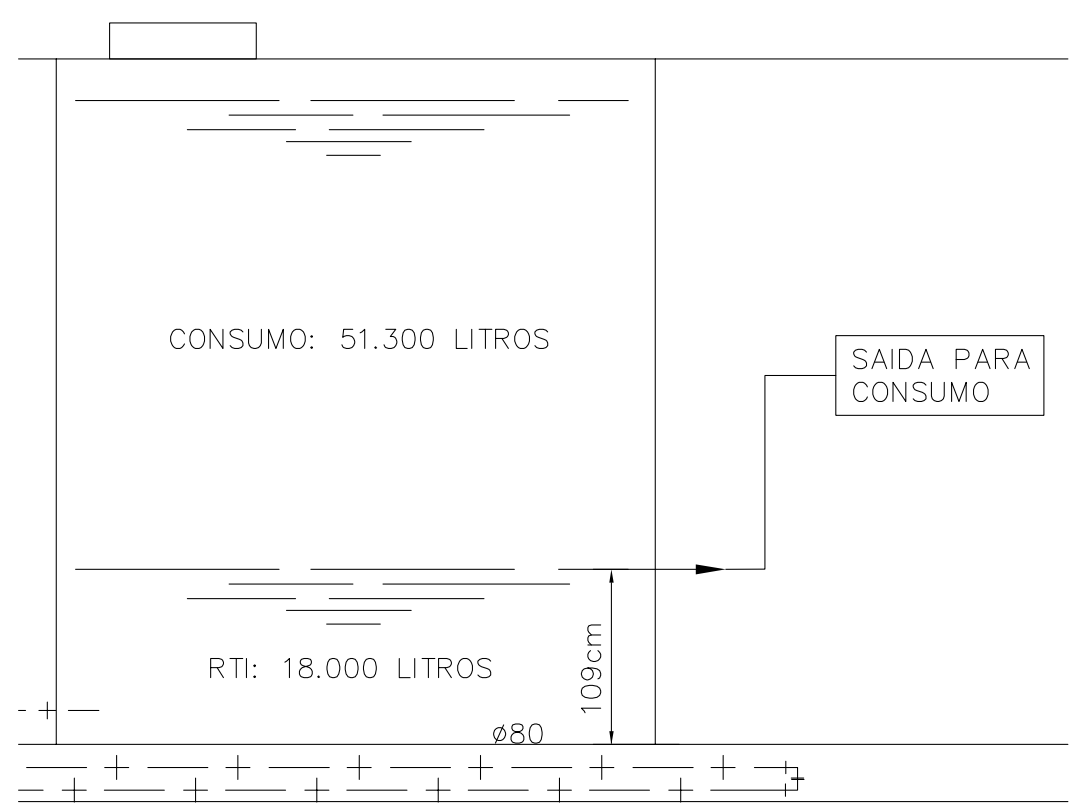


Figura 4: Vista esquemática dos níveis relacionados ao volume da Reserva Técnica de Incêndio (RTI) e ao Volume máximo para Consumo.

* + - 1. O Barrilete da edificação é localizado no pavimento cobertura, com as tubulações se distribuindo a partir do forro do 3º pavimento, e é composto por 10 colunas de água, com diâmetros de tubulações variáveis. Porém logo na saída da descida do Barrilete, e região onde serão instalados os medidores de consumo (teto do 3o Pavimento), todas as tubulações ainda apresentam o mesmo diâmetro de 40 mm.
      2. A edificação dispõe de um poço de esgoto e um poço de águas pluviais localizados no segundo subsolo, dotados de sistema de recalque composto por duas motobombas cada um e, também, um quadro de comando padrão, com opções de funcionamento em modo manual, desligado ou automático, para cada conjunto de motobombas.

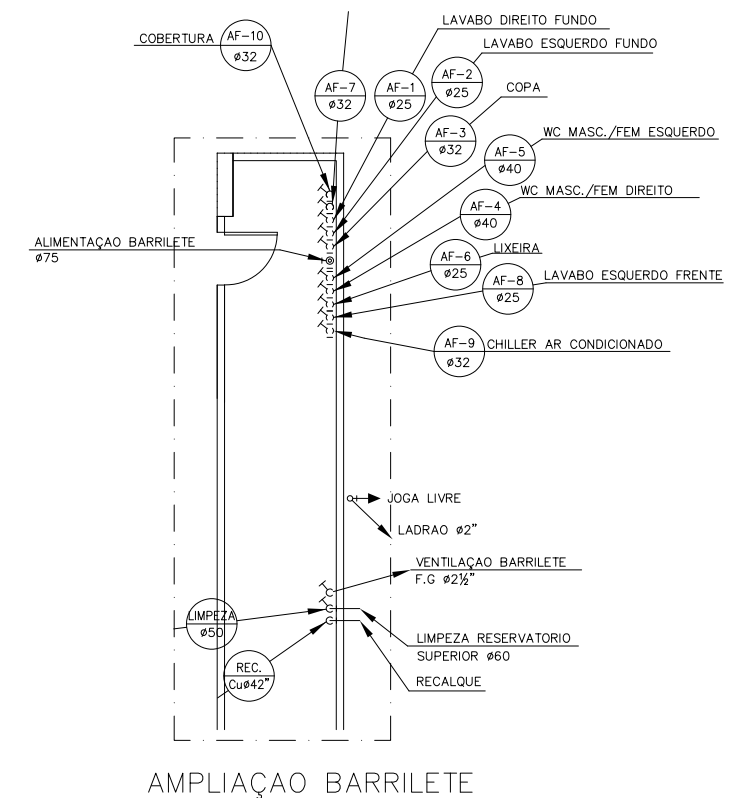


Figura 5 : Vista esquemática das colunas de água do Barrilete.

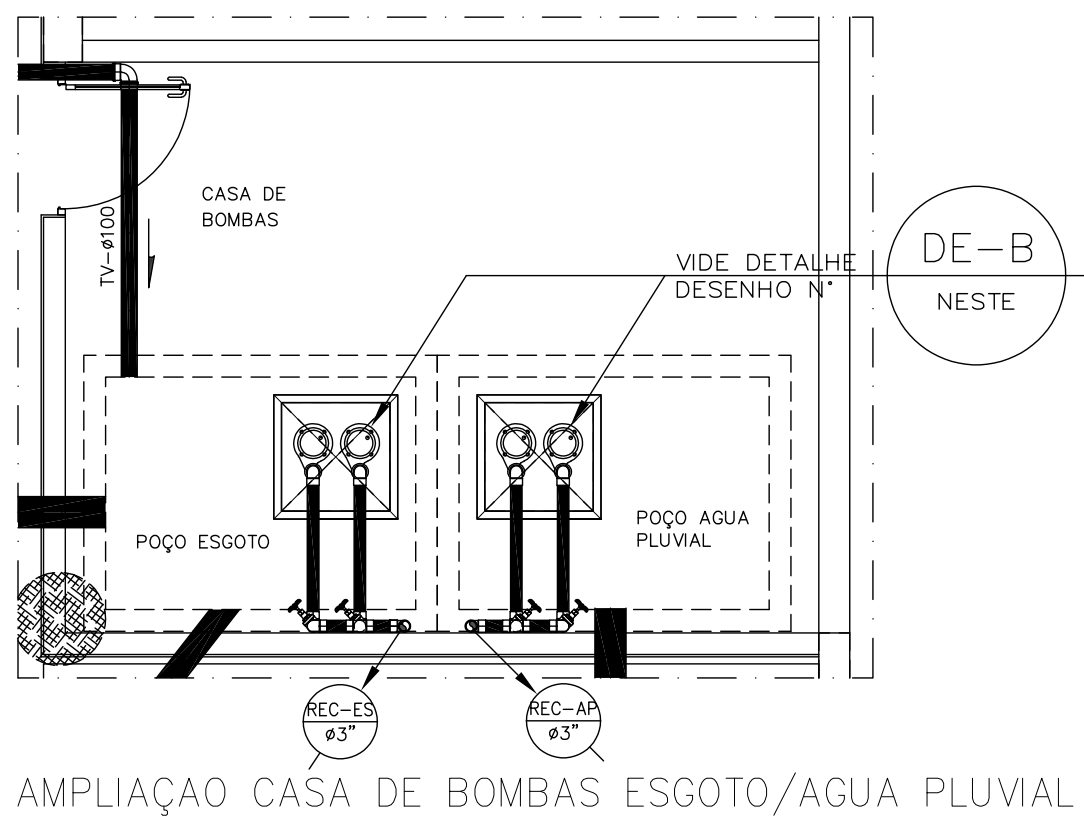


Figura 6 : Planta da situação dos poços de esgoto e águas Pluviais – Subsolo G2.

* 1. DA INFRAESTRUTURA DE AUTOMAÇÃO PREDIAL
     1. A central de controle já permite o gerenciamento do sistema de Ar Condicionado, pressurização/ventilação e do controle de acessos, e possui previsão para adicionar o controle de energia, geradores, iluminação, bombas, sistema de abastecimento de água, sistema de prevenção e combate, entre outros.
     2. Características do sistema de automação predial existente na edificação:
        1. O sistema é dotado de controladores Delta Controls que utilizam protocolo de comunicação aberto tipo BACnet conforme ASHRAE. Estes controladores estão ligados em rede através de um roteador a um computador que permite o controle, monitoramento e gerenciamento atualmente de 357 parâmetros do sistema através do Software OrcaView 3.3 da Delta Controls, atualmente instalado no CNMP e que, por sua produção e suporte ter sido descontinuada pelo referido fabricante, deverá ser substituído pelo software enteliWEB conforme previsto neste Termo de Referência.
           1. Banco de Dados: SQL Server Express
     3. Diversos controladores DAC1146, DAC606 e DAC633 já se encontram distribuídos em quadros de automação presentes na edificação.
     4. Para o projeto em questão, serão utilizados os seguintes dispositivos Delta Controls já existentes na edificação:
        1. DAC 633 do quadro QA-VAE-01, localizado no pavimento G1, para comunicação com os novos dispositivos DAC 1600, DFM 1600 e DFM 400P a serem instalados em novo quadro na casa de bombas do subsolo G2 (novo quadro QA-Recalque).
        2. DAC 1146 do quadro QA – CAG, localizado na cobertura no ambiente da CAG (Central de Água Gelada), para comunicação com o dispositivo medidor hidrostático de nível a ser instalado no reservatório superior, e para comunicação com os novos dispositivos DFM 400P a serem instalados no novo quadro na sala do Barrilete para leitura dos dados dos hidrômetros (novo quadro QA-Barrilete).
  2. DAS PEÇAS E SERVIÇOS
     1. A CONTRATADA deverá fornecer os itens relacionados na tabela abaixo, e materiais complementares de consumo imediato, baixo valor e quantidade variável conforme a necessidade, exemplificados no item 3.3.2, bem como executar a infraestrutura necessária e a instalação e integração dos novos dispositivos ao sistema de automação existente na edificação, assim como desenvolver as interfaces e a lógica de programação necessárias para prover o monitoramento do consumo de água de cada medidor instalado, condições dos níveis dos reservatórios e poços inferiores e volume de água do reservatório superior, bem como possibilitar a geração de relatórios, por período, dos parâmetros medidos a partir do histórico de registros a armazenados no banco de dados em SQL.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | MODELO DE REFERÊNCIA |
| 1 | HIDRÔMETRO MULTIJATO RELOJOARIA PLANA FIXA 40°C DN 1.1/2" QN 10 - DEVE POSSUIR SENSOR EMISSOR DE SINAL TIPO PULSO IMPLEMENTADO | UNIDADE | 11 | HIDRÔMETRO MULTIJATO - HIDROMETER - DN40 ou equivalente técnico |
| 2 | CONTROLADORA DAC1600 - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 1 | Conforme descrição para atender padrão da edificação |
| 3 | CONTROLADORA DFM1600 - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 1 | Conforme descrição para atender padrão da edificação |
| 4 | CONTROLADORA DFM400P - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 4 | Conforme descrição para atender padrão da edificação |
| 5 | CHAVE DE NÍVEL DO TIPO BOIA PERA | UNIDADE | 10 | NIVETEC - SÉRIE 140 ou equivalente técnico |
| 6 | TRANSMISSOR DE NÍVEL DO TIPO HIDROSTÁTICO | UNIDADE | 1 | NIVETEC - SÉRIE 780 ou equivalente técnico |
| 7 | TRAFO 220V para 24v | UNIDADE | 2 | INDELETRA - Modelo TQC24v 200w (24VAC - 200VA) ou equivalente técnico |
| 8 | BLOCO DE CONTATO AUXILIAR PARA BOTOEIRA PENDENTE, 1NA | UNIDADE | 2 | LUKMA ZB2-BE101 ou equivalente técnico |
| 9 | QUADRO DE COMANDO - 500X500X200 | UNIDADE | 2 | LUKMA Modelo: 500x500x200 LukBox |
| 10 | SUPORTE PARA DISJUNTOR DIN - TRILHO DIM - AÇO GALVANIZADO - 1 Metro | BARRA | 1 | Kit Flex ou equivalente técnico |
| 11 | DISJUNTOR UNIPOLAR 16A -CURVA C | UNIDADE | 2 | Disjuntor Unipolar Din Curva C 16A Steck ou equivalente técnico |
| 12 | TOMADA PARA TRILHO | UNIDADE | 2 | PROAUTO - TRILHO TS-35 (250V/10A) – TE-250 ou equivalente técnico |
| 13 | BORNE - TERMINAL DE PASSAGEM (SAK) - FASE 2,5 MM | UNIDADE | 100 | LUKMA - LKU4 - BEGE - 2,5MM ou equivalente técnico |
| 14 | CANALETA RECORTE ABERTO 30X30 CINZA | BARRA | 4 | Canaleta Recorte Aberto 30X30 Cinza – Dutoplast ou equivalente técnico |
| 15 | CABO PARA CONTROLE/INSTRUMENTAÇÃO ELETRÔNICA COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM BLINDAGEM COLETIVA COM FITA DE POLIESTER ALUMINIZADA OU MALHA EM COBRE ESTANHADO, COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR-7289 / NBR-10300, NM-280 - ROLO DE 100 Metros | ROLO | 4 | Cabo especial para controle/ instrumentação CONDUCAB, PRYSMIAN, GENERAL CABLE, CABEX, ou equivalente técnico |
| 16 | CABO PP FLEXÍVEL COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR NM 280 e NBR NM 247-2 - ROLO DE 100 Metros | ROLO | 2 | Cabo PP PRYSMIAN, SIL, NAMBEI,MEGATRON, ou equivalente técnico |
| 17 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 3/4", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 3/4" | UNIDADE | 26 | Itens Diversos |
| 18 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 3/4" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | UNIDADE | 18 | TRAMONTINA ou equivalente técnico |
| 19 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 1", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 1". | UNIDADE | 16 | Itens Diversos |
| 20 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 1" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | UNIDADE | 18 | TRAMONTINA ou equivalente técnico |
| 21 | LUVA ROSCÁVEL E SOLDÁVEL PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 22 | TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO |
| 22 | LUVA DE UNIÃO PVC MARROM 40MM 1.1/4" ÁGUA FRIA - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 22 | TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO |
| 23 | TUBO SOLDÁVEL PARA ÁGUA FRIA PVC MARROM 3 METROS DE COMPRIMENTO DIÂMETRO DE 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 2 | TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO |
| 24 | JOELHO 90° SOLDA PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 8 | TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO |
| 25 | ABRAÇADEIRA PARA FIXAR TUBOS PLÁSTICOS NA HORIZONTAL OU NA VERTICAL 1.1/4" - 40MM | UNIDADE | 22 | TIGRE ou equivalente técnico |
| 26 | FORNECIMENTO DO SOFTWARE enteliWEB - DELTA CONTROLS, COM SUPORTE PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL, OPÇÃO DE LICENCIAMENTO eW500 COM OS SEGUINTES COMPLEMENTOS: - EV enteliVIZ graphics; -EM Energy management | Licença | 1 | Conforme descrição para atender padrão da edificação |
| 27 | SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, INTEGRAÇÃO DOS DISPOSITIVOS, DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE AUTOMAÇÃO COM TELAS GRÁFICAS, REGISTRO DE DADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS, TESTES E COMISSIONAMENTO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS COMPLEMENTARES DO SISTEMA DELTA CONTROLS PARA IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E REGISTRO DOS NOVOS PARÂMETROS | SERVIÇO | 1 | - |

* + 1. Além dos itens discriminados na tabela acima, que apresentam materiais com custos representativos considerando o escopo do projeto, a CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus à CONTRATANTE, outros itens complementares que venham a ser necessários para a adequada e completa execução do objeto, cujas quantidades são variáveis conforme a necessidade e de baixo custo em relação ao valor dos demais itens considerados, tais como: produtos de limpeza, álcool, estopas, panos, vassouras, rodos, solventes, querosene, fita isolante, fita veda-rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, tinta para reparos de acabamentos, pincel, rolos, pilhas, baterias, lonas plásticas para proteção de ambientes e mobiliários, anilhas, conectores terminais elétricos, cabos/dispositivos para aterramentos, rotuladores e respectivas fitas, tampões complementares de plástico para caixas tipo condulete, abraçadeiras, ganchos, parafusos, buchas, porcas, arruelas, perfilado perfurado 38mm x 38mm, barras roscadas (tirantes), chumbadores, e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e em perfeitas condições de uso;
    2. Na execução dos serviços a contratada deverá contemplar a execução de furos em laje de 5cm de espessura e alvenarias comuns (tijolos cerâmicos furados) de 12 cm de espessura. Deverão ser executados 02 (dois) furos para passagem de eletrodutos de 1” na laje da cobertura, 01 (um) furo para eletroduto de 3/4” para passagem na laje entre a G2 e G1, e um total de 5 (cinco) furos em paredes para passagem de eletrodutos de 3/4” e outros 2 (dois) furos para passagem de eletrodutos de 1”. Os serviços deverão contemplar, além de toda a mão-de-obra, as proteções nos ambientes a serem aplicadas para contenção da poeira e resíduos, os equipamentos para a realização dos serviços, escadas, brocas, equipamentos de proteção individual e coletiva, itens de limpeza e serviços de limpeza após a execução dos serviços, argamassa de preenchimento, materiais para pintura e acabamento, itens para prevenção contra a COVID, bem como todos os demais itens necessários para a perfeita execução dos serviços;
    3. Dos hidrômetros com sensor emissor de sinal tipo pulso implementado a serem fornecidos, 10 (dez) deles serão instalados acima do forro do 3º pavimento, junto à face inferior da laje de cobertura, sendo os cabos de controle blindados interligados desde os hidrômetros até as 03 (três) novas controladoras DFM 400P a serem instaladas no novo quadro de automação a ser disponibilizado na sala do Barrilete da cobertura, local situado no mesmo alinhamento vertical. Destaca-se que o forro existente no local onde serão instalados os medidores é do tipo estruturado por perfis metálicos, módulo 60x60cm, com fechamento em placas de fibra mineral apoiadas diretamente nos perfis, sendo de fácil remoção e posterior recolocação. O outro medidor (o 11º ) será instalado no ramal de alimentação dos reservatórios inferiores, no pavimento G2, no mesmo local do outro quadro de automação a ser disponibilizado e será conectado à nova controladora DFM 400P a ser instalada neste quadro.
    4. O novo quadro de automação do pavimento G2 (QA – Recalque) contemplará as novas controladoras DAC 1600, DFM 1600 e DFM400P, de modo a conectar as chaves de nível boia, para controle do nível dos 03 (três) reservatórios inferiores e dos poços de recalque de esgoto e águas pluviais, os quadros de comando das bombas de recalque já existentes (água potável, esgoto e águas pluviais), bem como do hidrômetro com sensor emissor de sinal tipo pulso, para medição do consumo no ramal de entrada dos reservatórios. A seguir segue a proposta de interligação dos dispositivos às controladoras:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONTROLADORA | POSIÇÃO | DESCRIÇÃO | SISTEMA |
| DFM 400P | 1 | Hidrômetro Geral | Ramal entrada de água |
| 2 | VAZIO |
| 3 | VAZIO |
| 4 | VAZIO |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONTROLADORA | POSIÇÃO | DESCRIÇÃO | SISTEMA |
| DELTA DAC 1600 | 1 | QFB-REC\_RFF - Relé falta de fase | Recalque Água Potável |
| 2 | QFB-REC\_L/R - chave manual/auto |
| 3 | QFB-REC\_STBB1 - status bomba 1 |
| 4 | QFB-REC\_STBB2 - status bomba 2 |
| 5 | QFB-REC\_R1\_N/ALTO - nível alto |
| 6 | QFB-REC\_R1\_N/BAIXO - nível baixo |
| 7 | QFB-REC\_R2\_N/ALTO - nível alto |
| 8 | QFB-REC\_R2\_N/BAIXO - nível baixo |
| 9 | QFB-REC\_R3\_N/ALTO - nível alto |
| 10 | QFB-REC\_R3\_N/BAIXO - nível baixo |
| 11 | QFB-AP\_STBB1 - status bomba 1 | Recalque Águas Pluviais |
| 12 | QFB-AP\_STBB2 - status bomba 2 |
| 13 | QFB-AP\_RFF - Relé falta de fase |
| 14 | QFB-AP\_L/R BB1 - manual/auto b1 |
| 15 | QFB-AP\_L/R BB2 - manual/auto b2 |
| 16 | QFB-AP\_N/BAIXO BB1 - nível alto bomba 1 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONTROLADORA | POSIÇÃO | DESCRIÇÃO | SISTEMA |
| DELTA DFM 1600 | 1 | QFB-AP\_N/BAIXO BB1 - nível baixo bomba 1 | Recalque Águas Pluviais (Continuação) |
| 2 | QFB-AP\_N/BAIXO BB2 - nível alto bomba 2 |
| 3 | QFB-AP\_N/BAIXO BB2 - nível baixo bomba 2 |
| 4 | QFE-B-ES\_STBB1 - status bomba 1 | Recalque de Esgoto |
| 5 | QFE-B-ES\_STBB1 - status bomba 2 |
| 6 | QFE-B-ES\_RFF - relé falta de fase |
| 7 | QFE-B-ES\_L/R - chave manual/auto bomba 1 |
| 8 | QFE-B-ES\_L/R - chave manual/auto bomba 2 |
| 9 | QFE-B-ES\_N/ALTO BB1 - nível alto bomba 1 |
| 10 | QFE-B-ES\_N/ALTO BB2 - nível alto bomba 2 |
| 11 | QFE-B-ES\_N/BAIXO BB1 - nível baixo bomba 1 |
| 12 | QFE-B-ES\_N/BAIXO BB2 - nível baixo bomba 2 |
| 13 | VAZIO |
| 14 | VAZIO |
| 15 | VAZIO |
| 16 | VAZIO |

* + - 1. O quadro já existente QFB-REC, vizinho ao novo QA – Recalque, e os quadros QFB-AP e QFE-B-ES localizados na sala contígua deverão ser interligados às novas controladoras conforme apresentado nas tabelas acima. Para isso a CONTRATADA deverá instalar ou adequar a infraestrutura de eletrodutos existente no local para possibilitar a passagem dos cabos de comando blindados.
      2. A CONTRATADA também deverá providenciar a infraestruturas de eletrodutos para a passagem dos cabos de comando para as chaves de nível do tipo boia, tanto para os 03 reservatórios de água potável, quanto para os poços de recalque de águas pluviais e de esgoto. Para a interligação dos dispositivos chaves de nível do tipo boia às controladoras será admitido a utilização de cabo pp sem blindagem, devendo ser utilizado o cabo para comando com blindagem coletiva para interligação de todos os demais dispositivos e entre os quadros de automação ou de comando.
      3. O quadro de automação do pavimento G2 (QA – Recalque) será interligado ao quadro de automação já existente QA-VAE-01 localizado no pavimento G1, por meio de 02 (dois) cabos blindados de duas vias em eletroduto de ¾” perfazendo um percurso total aproximado de 22 metros, considerando os deslocamentos horizontais e verticais do trajeto – Plantas baixas do percurso no Anexo II deste Termo de Referência.
    1. O novo quadro de automação do pavimento Cobertura (QA – Barrilete) contemplará as 3 (três) novas controladoras DFM400P para interligação dos hidrômetros com sensores emissores de sinal tipo pulso, para medição do consumo das colunas de água da edificação. A seguir segue a proposta de interligação dos dispositivos às controladoras:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CONTROLADORA | POSIÇÃO | DESCRIÇÃO |
| DFM 400P  - 01 - | 1 | Hidrômetro 1 |
| 2 | Hidrômetro 2 |
| 3 | Hidrômetro 3 |
| 4 | Hidrômetro 4 |
| DFM 400P  - 02 - | 1 | Hidrômetro 5 |
| 2 | Hidrômetro 6 |
| 3 | Hidrômetro 7 |
| 4 | Hidrômetro 8 |
| DFM 400P  - 03 - | 1 | Hidrômetro 9 |
| 2 | Hidrômetro 10 |
| 3 | VAZIO |
| 4 | VAZIO |

* + - 1. A CONTRATADA deverá executar as instalações e suportes necessários para interligação dos hidrômetros medidores às tubulações de 40mm existentes, bem como executar a infraestrutura necessária (eletrodutos) para a passagem dos cabos de comando blindados até o novo quadro QA – Barrilete, para conexão às controladoras DFM 400P, conforme sugerido na tabela acima.
    1. O novo quadro do pavimento Cobertura (QA – Barrilete), será conectado à controladora DAC 1146 já existente no Quadro QA-CAG, por meio de 2 (dois) cabos blindados de duas vias em eletroduto de 3/4” perfazendo um percurso total aproximado de 36 metros, considerando os deslocamentos horizontais e verticais do trajeto – Plantas baixas do percurso no Anexo II deste Termo de Referência.
    2. O transmissor de nível tipo hidrostático, a ser instalado no fundo do reservatório superior, deverá ser interligado diretamente à controladora DAC 1146 já existente no Quadro QA-CAG. Para isso, a CONTRATADA deverá providenciar a instalação de eletroduto de 3/4" do topo do reservatório superior passando pelo novo quadro (QA – Barrilete) de modo a aproveitar o mesmo eletroduto de ¾" deste quadro até o Quadro QA-CAG. Com isso esse trecho de eletroduto receberá mais um cabo de comando blindado de duas vias perfazendo a passagem de um total de 3 (três cabos) no trecho citado.
    3. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar a licença do software enteliWEB da Delta Controls com suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses, visando a atualização do sistema OrcaView, descontinuado pelo fabricante e atualmente instalado no CNMP, e para propiciar melhorias de funcionalidades e recursos associados à visualização gráfica, monitoramento, emissão de relatórios e avaliações gerenciais, acesso remoto, aumento da segurança e compatibilidade com o atual parque tecnológico de TI existente no CNMP.
       1. Considerando o padrão já existente na edificação e a total compatibilidade com os hardwares e dispositivos de automação já existentes, banco de dados e demais artefatos e recursos já em uso, o software a ser fornecido deverá ser o enteliWEB com a opção de licenciamento para 500 pontos, a fim de garantir a manutenção dos pontos já monitorados atualmente pelo sistema de automação da edificação.
          1. Especificação da licença: Software enteliWEB opção eW500 acompanhada dos seguintes complementos: - EV enteliVIZ graphics; -EM Energy management e de suporte técnico e atualizações pelo fabricante por 12 meses.
       2. A conta cadastrada no fabricante deverá ficar no nome do Conselho Nacional do Ministério Público;
       3. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico necessário para a instalação e configuração da solução, entregando a chave de licenciamento do produto e acesso para Download e atualizações do produto contratado no site do fabricante, deverá disponibilizar, ainda, toda documentação e manuais relacionados ao produto.
       4. Deverá executar a instalação do produto no servidor designado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do CNMP, bem como realizar as configurações necessárias para o pleno funcionamento da aplicação;
       5. A CONTRATADA deverá manter durante o todo o período do contrato as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança e de versão do respectivo software, sem custos para o CNMP junto ao fabricante da solução.
       6. A CONTRATADA deverá repassar instruções básicas, do tipo "hands-on", relativo aos ajustes/configurações e utilização da solução fornecida e seus componentes, com o objetivo de ambientar a equipe do Contratante e seus parceiros a utilizar a solução.
       7. O fornecimento do(s) produto(s) está associado à sua completa instalação, configuração e fornecimento das instruções básicas.
    4. A CONTRATADA deverá implementar novo módulo, integrando-o ao novo sistema de automação da Delta Controls e Banco de Dados SQL, para a visualização e monitoramento das informações em tempo real dos níveis dos reservatórios inferiores e poços de recalque, volume do reservatório superior e consumo de água das colunas de água e do ramal de entrada de abastecimento dos reservatórios inferiores, bem como o registro dos dados em banco de dados SQL para possibilitar a leitura e a visualização do histórico de consumo e das demais informações coletadas.
       1. O software deverá monitorar o estado de funcionamento das bombas de recalque localizadas no pavimento G2 (se automático, manual, desligado); o estado dos níveis (baixo/alto) dos reservatórios; emitir alertas do não acionamento das bombas ao se atingir um nível baixo ou não desligamento ao se atingir um nível alto; apresentar o consumo instantâneo, médio diário e médio semanal e mensal de cada medidor instalado (total de 11), apresentar o volume instantâneo do reservatório superior e emitir relatórios (na forma de planilhas), com opção dos parâmetros e variáveis a serem considerados e escolha do período de tempo (data inicial e data final), com as informações diárias a serem coletadas e registradas no Banco de Dados SQL, base de dados que já integra a solução de automação existente na edificação.
          1. No caso do controle do nível do reservatório superior e monitoramento do funcionamento das respectivas bombas de recalque deste reservatório, o qual não conta, nesta solução, com sensores específicos de nível, mas sim com equipamento transmissor de nível do tipo hidrostático que possibilita saber o volume instantâneo existente no reservatório; o software deverá possibilitar ao usuário especificar um volume mínimo e um volume máximo de alerta. Caso superados, para menos ou para mais, considerando o atingimento do volume mínimo ou do volume máximo, respectivamente, o sistema deverá emitir o alerta caso as bombas não apresentem o modo de operação adequado a cada uma das situações mencionadas, ou seja, ligado – quando atingir o volume mínimo, e desligado – quando atingir o volume máximo.
       2. As informações relacionadas no parágrafo anterior deverão ser de fácil visualização, agrupadas e organizadas em razão de sua natureza (operação das bombas e níveis dos reservatórios; volume do reservatório superior; consumos das colunas de água e ramal de alimentação; geração de relatórios etc.) e disponibilizadas por meio de interfaces gráficas intuitivas e de fácil visualização, que deverão atender ao padrão já existente na edificação e comuns neste tipo de aplicação.
       3. O Layout das telas e formato de relatório, com a disponibilização das informações e recursos solicitados, deverá ser apresentado à CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis do início dos serviços para a devida aprovação e posterior implementação pela CONTRATADA, o qual deverá obedecer ao prazo estipulado para a execução dos serviços.
       4. Licenças adicionais às já existentes na edificação, necessárias para complementação do sistema de automação Delta Controls para possibilitar o registro e monitoramento dos parâmetros previstos nesta contratação deverão ser fornecidas pela CONTRATADA e integrar em definitivo o parque de licenças já existentes do Edifício Adail Belmonte.
    5. A CONTRATADA deverá desenvolver as atividades preliminares exigidas na execução dos serviços, incluindo a instalação de eletrodutos de ¾” ou de 1”, de acordo com a taxa de ocupação prevista nas normas técnicas, instalar caixas tipo condulete apropriadas (3/4” ou 1”) em alumínio em todas as mudanças de direção e nos pontos de distribuição, providenciar, nos casos necessários, o desvio de instalações de infraestrutura existentes, executar a restauração dos padrões de acabamento das áreas afetadas pelas intervenções previstas (Reconstituição de acabamentos, pinturas, adequações no ambiente, etc.), ou quaisquer outros serviços necessários nas áreas de influência das instalações previstas, exceto o fornecimento de alimentação elétrica até os novos quadros, este a ser providenciado pela CONTRATANTE, devendo os serviços executados pela CONTRATADA sempre entregues em conformidade com os projetos apresentados e seus propósitos, e ainda:
       1. Executar serviços gerais, como ligações provisórias para uso dos equipamentos utilizados na execução dos serviços, aluguel de equipamentos e ferramentas, aluguel de caçamba para recolhimento de entulhos, transportes e fretes, além de responsabilidade pela contratação dos profissionais especializados;
       2. Possuir pleno conhecimento dos projetos em todos os seus detalhes. Se, durante a execução dos trabalhos, forem necessárias alterações nas especificações e projetos originais, competirá ao licitante vencedor elaborar o projeto da parte a modificar e submetê-lo à aprovação do Fiscal, não podendo ocorrer, no entanto, alteração substancial das disposições gerais formuladas pelo projeto original;
       3. Obedecer para todas as instalações e serviços as normas vigentes estabelecidas pela ABNT;
       4. Os materiais empregados devem ser de boa qualidade, obedecendo quando pertinente às respectivas Normas ABNT.
    6. O licitante vencedor poderá aproveitar as instalações existentes (eletrocalhas, caixas de passagem, forro, piso, shaft), desde que as referidas instalações estejam dentro dos parâmetros existentes nas normas aplicáveis e mediante autorização da CONTRATANTE;
    7. Na ausência de infraestrutura existente ou na impossibilidade de utilização de acordo com as normas aplicáveis, o licitante vencedor deverá realizar a instalação de nova infraestrutura para atender aos novos equipamentos e cabeamentos.
    8. Todo o cabeamento a ser passado na instalação do objeto deverá estar de acordo com as normas técnicas aplicáveis quanto ao modo de instalação, distâncias máximas permitidas, características técnicas dos cabos e demais parâmetros determinados pelas normas técnicas.
    9. Responsabilizar-se pelo refazimento da pintura em todos os locais em que a pintura for danificada ou que por decorrência dos serviços sejam necessárias restaurações, devendo essas restaurações serem executadas nas mesmas condições existentes anteriormente, sem que se evidenciem as diferenças entre o revestimento novo e o antigo;
    10. Responsabilizar-se para que os materiais empregados em pinturas sejam de primeira linha (não sendo permitido o uso de linhas econômicas) tendo como referência os fabricantes Coral, Suvinil ou Metalatex. As tintas só poderão ser afinadas ou diluídas com solventes apropriados e de acordo com as instruções do respectivo fabricante. A segunda demão só poderá ser aplicada 24 horas após 1a demão, observando-se que esta esteja inteiramente seca. Serão aplicadas tantas demãos quantas forem necessárias, até que se obtenha o acabamento uniforme desejado;
    11. Cuidar para que sejam evitados respingos e escorrimento nas superfícies não destinadas à pintura (ferragens, vidros, etc.) as quais serão devidamente protegidas. Os respingos inevitáveis serão removidos com solventes adequados enquanto a tinta estiver fresca;
    12. Observar para que todas as instalações elétricas recebam os materiais e acabamentos necessários. Os circuitos elétricos de alimentação serão protegidos por disjuntores com amperagem compatível para cada circuito;
    13. Todos os tipos de cabos, conectores e acessórios de instalação dos equipamentos previstos neste projeto, devem ser fornecidos para a perfeita integração e funcionamento do sistema.
    14. Deverão ser previstos os demais serviços e materiais necessários, ainda que não listados, para a completa instalação e ativação dos sistemas
    15. Responsabilizar-se para que todo o entulho proveniente dos serviços de demolições e preparo do local de intervenção, bem como aquele que venha a ser produzido durante a execução, seja removido do local dos serviços para áreas externas diariamente. Todas as dúvidas não sanadas com as informações contidas no Termo de Referência e seus anexos deverão ser remetidas à equipe de fiscalização;
    16. Entregar, ao final dos serviços, o projeto executivo refletindo o “As Built” da obra e todos os diagramas unifilares resultantes dos equipamentos efetivamente fornecidos e instalados:
        1. Memorial descritivo do sistema instalado, contendo a descrição do sistema, bem como todas as especificações técnicas dos materiais instalados e folhas técnicas de todos os equipamentos fornecidos;
        2. Códigos fontes das implementações e customizações realizadas por software;
        3. As licenças fornecidas pela CONTRATADA, utilizadas e necessárias para a implantação e operação do sistema de automação objeto desta contratação, deverão ser disponibilizadas à CONTRATANTE em caráter definitivo de modo a estarem integradas e vinculadas ao parque de licenças já existentes no Edifício Adail Belmonte.
        4. Catálogo de todos os equipamentos instalados; certificados de garantia de todos os equipamentos mais relevantes fornecidos, emitidos pelos respectivos fabricantes; e certificado de garantia dos equipamentos e instalação, conforme descrito neste Termo de Referência.
    17. Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste documento.

1. **Critérios e Práticas de Sustentabilidade**
   1. O descarte de peças, acessórios e resíduos dos serviços prestados, deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e atender a todas as normas vigentes quanto a preservação do meio ambiente - Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
      * 1. O descarte de que trata o item 4.1 poderá, a critério da CONTRATANTE, ser dispensado, em parte, para os casos em que seja mais vantajoso armazenar determinados materiais no depósito do CNMP para reutilizações futuras.
2. **Do Local de Realização dos Serviços**
   1. Os equipamentos e sistemas de automação contemplados no objeto deste Termo de Referência estão localizados nos ambientes do Edifício-Sede do CNMP, localizado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3, em Brasília-DF, Edifício Adail Belmonte.
3. **PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**
   1. Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA disponibilizará de seu quadro quantitativo suficiente de recursos humanos, contendo, no mínimo, profissionais especializados conforme indicado abaixo:
      1. Engenheiro(os) responsável(eis): Engenheiro(os) formado(os) com habilitação reconhecida pelo CREA para o desempenho das atividades objeto do presente contrato, apresentando ainda registro regular junto ao CREA e experiência mínima de 1 (um) ano em instalações de sistemas semelhantes aos deste Termo, comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, ou pela carteira de trabalho, ou declaração de empresa onde tenha prestado o serviço;
      2. Técnico(s) em Computação, Automação, Mecânica, Eletromecânica, Refrigeração, Elétrica, Eletrônica ou Equivalente: Profissional com curso técnico com especialidade em manutenção de sistemas de automação, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada por ele, para sistema automatizado da Delta Controls, com experiência em suas respectivas áreas comprovada na carteira de trabalho;
      3. Técnico(s) em Computação, Automação, Mecânica, Eletromecânica, Refrigeração, Elétrica, Eletrônica ou Equivalente: Profissional com curso técnico com especialidade em manutenção de sistemas de banco de dados, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada do mesmo, para sistema Banco de Dados (SQL), com experiência em suas respectivas áreas comprovada na carteira de trabalho;
      4. Havendo comprovação de capacidade técnica, as exigências requisitadas nos itens 6.1.2 e 6.1.3 acima podem ser atendidas por um único profissional, devendo a CONTRATADA garantir o número de profissionais que considerar necessário para a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.
   2. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato:
      1. Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA ou comprovação registrada em Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho dos profissionais alocados na realização dos serviços no CNMP, respeitando as especialidades mínimas exigidas nos itens anteriores. Os engenheiros vinculados à empresa responsável pela condução dos serviços deverão possuir, no mínimo, experiência em sistemas de automação predial, compatíveis com o objeto do procedimento licitatório, comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA (ART’s de serviço e/ou projetos).
         1. Apresentar no início do contrato, e sempre que houver alteração, a relação nominal com os dados pessoais (nome completo, RG e CPF) dos profissionais que prestarão os serviços nas instalações da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da ordem de serviço.
4. **Da Subcontratação**
   1. É vedada a subcontratação para a realização dos serviços previstos neste Termo de Referência.
   2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
5. **Adequação Orçamentária**
   1. Os recursos dessa contratação estão consignados no orçamento da União para 2021 no Programa 03.032.2100.8010, Ação 8010 - Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público, Fonte 0100000000; PTRES 174664 e Plano Interno A\_COENG.01.00, conforme a Natureza da Despesa especificada para cada item na tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Item | Descrição | Elemento Despesa |
| 1 | HIDRÔMETRO MULTIJATO RELOJOARIA PLANA FIXA 40°C DN 1.1/2" QN 10 - DEVE POSSUIR SENSOR EMISSOR DE SINAL TIPO PULSO IMPLEMENTADO | 3.3.90.30.24 |
| 2 | CONTROLADORA DAC1600 - DELTA CONTROLS | 3.3.90.30.26 |
| 3 | CONTROLADORA DFM1600 - DELTA CONTROLS | 3.3.90.30.26 |
| 4 | CONTROLADORA DFM400P - DELTA CONTROLS | 3.3.90.30.26 |
| 5 | CHAVE DE NÍVEL DO TIPO BOIA PERA | 3.3.90.30.24 |
| 6 | TRANSMISSOR DE NÍVEL DO TIPO HIDROSTÁTICO | 3.3.90.30.26 |
| 7 | TRAFO 220V para 24v | 3.3.90.30.26 |
| 8 | BLOCO DE CONTATO AUXILIAR PARA BOTOEIRA PENDENTE, 1NA | 3.3.90.30.26 |
| 9 | QUADRO DE COMANDO - 500X500X200 | 3.3.90.30.24 |
| 10 | SUPORTE PARA DISJUNTOR DIN - TRILHO DIM - AÇO GALVANIZADO - 1 Metro | 3.3.90.30.26 |
| 11 | DISJUNTOR UNIPOLAR 16A -CURVA C | 3.3.90.30.26 |
| 12 | TOMADA PARA TRILHO | 3.3.90.30.26 |
| 13 | BORNE - TERMINAL DE PASSAGEM (SAK) - FASE 2,5 MM | 3.3.90.30.26 |
| 14 | CANALETA RECORTE ABERTO 30X30 CINZA | 3.3.90.30.24 |
| 15 | CABO PARA CONTROLE/INSTRUMENTAÇÃO ELETRÔNICA COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM BLINDAGEM COLETIVA COM FITA DE POLIESTER ALUMINIZADA OU MALHA EM COBRE ESTANHADO, COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR-7289, NM-280 - ROLO DE 100 Metros | 3.3.90.30.26 |
| 16 | CABO PP FLEXÍVEL COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR NM 280 e NBR NM 247-2 - ROLO DE 100 Metros | 3.3.90.30.26 |
| 17 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 3/4", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 3/4" | 3.3.90.30.26 |
| 18 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 3/4" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | 3.3.90.30.26 |
| 19 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 1", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 1". | 3.3.90.30.26 |
| 20 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 1" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | 3.3.90.30.26 |
| 21 | LUVA ROSCÁVEL E SOLDÁVEL PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | 3.3.90.30.24 |
| 22 | LUVA DE UNIÃO PVC MARROM 40MM 1.1/4" ÁGUA FRIA - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | 3.3.90.30.24 |
| 23 | TUBO SOLDÁVEL PARA ÁGUA FRIA PVC MARROM 3 METROS DE COMPRIMENTO DIÂMETRO DE 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | 3.3.90.30.26 |
| 24 | JOELHO 90° SOLDA PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | 3.3.90.30.24 |
| 25 | ABRAÇADEIRA PARA FIXAR TUBOS PLÁSTICOS NA HORIZONTAL OU NA VERTICAL 1.1/4" - 40MM | 3.3.90.30.24 |
| 26 | FORNECIMENTO DO SOFTWARE enteliWEB - DELTA CONTROLS, COM SUPORTE PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL, OPÇÃO DE LICENCIAMENTO eW500 COM OS SEGUINTES COMPLEMENTOS: - EV enteliVIZ graphics; -EM Energy management | 33.90.40-06 |
| 27 | SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA INFRAESTRU-TURA, INTEGRAÇÃO DOS DISPOSITIVOS, DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE AU-TOMAÇÃO COM TELAS GRÁFICAS, REGIS-TRO DE DADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS, TESTES E COMISSIONAMENTO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS COMPLE-MENTARES DO SISTEMA DELTA CONTROLS PARA IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E REGISTRO DOS NOVOS PARÂMETROS | 33.90.40-22 |

1. **PRAZO DE GARANTIA E FORMAS DE MANUTENÇÃO E/OU SUPORTE TÉCNICO**
   1. A garantia para os dispositivos fornecidos e dos componentes a eles associados, como cabos, conectores, conversores, fontes de energia, e demais dispositivos/componentes acessórios, será pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, defeitos técnicos ou impropriedades, o qual será contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e atesto da última nota fiscal / fatura do cronograma físico – financeiro. A assistência técnica da garantia deverá ser on-site e o atendimento, em todos os casos, deverá ser prestado conforme as seguintes condições:
   2. A substituição de peças, componentes ou equipamentos que constam deste Termo de Referência, deverá ser efetuada com material original novo, não recondicionado, recomendado pelo fabricante.
   3. Durante o período de garantia, as despesas com a desmontagem, a montagem, a substituição de partes ou de equipamentos como um todo e o transporte para o atendimento das condições previstas neste item, correrão por conta do licitante vencedor, não cabendo a Contratante quaisquer ônus.
   4. O prazo de atendimento aos chamados técnicos em até 48 (quarenta e oito) horas, após o comunicado do contratante; prazo de solução do problema não crítico até 05 (cinco) dias úteis e de problemas críticos até 03 (três) dias úteis e, em hipótese alguma as soluções dependentes dos referidos equipamentos poderão ficar inoperantes por mais de 03 (três) dias úteis.
   5. Caso o defeito apresentado nos equipamentos não seja de simples solução e que não seja possível a sua correção no prazo estabelecido no subitem anterior, a Contratante poderá, mediante as justificativas apresentadas, aceitar a prorrogação do prazo para a realização dos serviços. Nesse caso, o licitante vencedor deverá fornecer peça ou componente igual ou similar em substituição provisória, sem que implique acréscimos aos preços contratados.
   6. A CONTRATADA deverá fornecer e aplicar pacotes de correção, em data e horário a serem definidos pelo Contratante, sempre que forem encontradas falhas de operação em software ou firmware que integrem o hardware ou software objeto do Contrato ao longo de todo o período de garantia previsto no item 9.1.
   7. O atendimento às solicitações de garantia deverá estar disponível por intermédio de contato telefônico (número fixo local ou 0800) e por correio eletrônico, de 8h00 às 18h00, nos dias úteis.
   8. Em até 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá informar número de telefone e endereço de correio eletrônico para solicitações de assistência técnica da garantia. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá comunicar ao CNMP, imediatamente, quaisquer alterações nos meios de contato para o registro de solicitações.
   9. Em relação ao software fornecido, deverão ser atendidas os seguintes termos:
      1. Na entrega e ativação das licenças no sítio do fabricante pela CONTRATADA, a CONTRATADA deverá apresentar o certificado de licença do fabricante do software em nome da CONTRATANTE, onde deve constar, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, serviços de garantia e suporte técnico aos produtos fornecidos, atualizações e correções do conjunto de softwares por ele cobertos (updates, upgrades e releases), bem como a documentação correspondente, sem ônus à CONTRATANTE:
      2. O fornecedor deverá garantir a autenticidade do produto perante o fabricante.
      3. Durante o prazo de suporte, a Contratada obriga-se a manter os serviços de assistência técnica e suporte pelo fabricante, contra qualquer defeito que venham a apresentar;
      4. O fornecedor deverá manter durante o todo o período do contrato as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança e de versão do respectivo software, sem custos para o CNMP junto ao fabricante da solução.
      5. A empresa fornecedora do produto será responsável pela substituição, troca ou reposição dos mesmos se, porventura, forem entregues em desacordo com o especificado no Termo de Referência.
   10. As penalidades da tabela a seguir serão aplicadas em caso de descumprimento das condições de fornecimento e de garantia estipuladas neste termo de referência.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TABELA DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS** | | | |
| **ITEM** | **CONDIÇÃO NÃO ATENDIDA** | **PRAZO** | **PENALIDADE (\*)** |
| **1** | Deixar de informar número de telefone e/ou correio eletrônico para solicitações de atendimento da assistência técnica da garantia. | 10 dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço. | Multa de 0,01% por dia **e**  em caso de atraso maior que 30 dias, será considerado descumprimento parcial do contrato |
| **2** | Deixar de comunicar alteração no número de telefone e/ou correio eletrônico para solicitações de atendimento da assistência técnica da garantia. | 2 dias úteis após a alteração | Multa de 0,01% por dia **e**  em caso de atraso maior que 30 dias, será considerado descumprimento parcial do contrato |
| **3** | Deixar de apresentar documentação dos técnicos exigidos, reconhecida pelo CREA. | 10 dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço. | Multa de 0,01% por dia de atraso, até o limite de 30 dias;  **e**  em caso de atraso maior que 30 dias, será considerado descumprimento parcial do contrato. |
| **4** | Deixar de cumprir prazo de entrega dos produtos, serviços e o suporte previsto. | 20 dias corridos conforme etapas b e c especificadas no item 11.1. | Multa de 0,05% por dia até o limite de 30 dias;  **e**  em caso de atraso maior que 30 dias, será considerado descumprimento parcial do contrato. |

* ***(\*) Os percentuais estabelecidos serão aplicados sobre o valor total do contrato e/ou valor da nota de empenho, salvo disposição explícita contrária.***

1. **Regime de Execução e Produtos a serem entregues**
   1. O regime de execução será de empreitada por preço global e adjudicação pelo tipo menor preço global.
   2. A proposta apresentada deverá conter o CNPJ da proponente, prazo de validade, ser endereçada ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e obedecer às seguintes condições:
   3. Nos preços da proposta deverão estar inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como impostos, taxas e fretes.
   4. O julgamento das propostas se dará pelo menor preço global conforme justificativas apresentadas nos itens 2.6 e 2.8 presentes no tópico **Erro! Fonte de referência não encontrada.**.
   5. As proponentes deverão apresentar preço unitário e total em reais (R$), mediante preenchimento da tabela de preço presente no ANEXO 1.
2. **Cronograma de Execução Físico-financeiro**

Da Vigência do Contrato, Local e do Prazo para Prestação do Serviço

* 1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, conforme apresentado no cronograma de execução da tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Etapa | | Prazo | Responsável | Dias Acumulados |
| a | Reunião inicial para apresentação do cronograma, levantamentos técnicos “*in loco*” e demais obrigações previstas neste Termo de Referência | 10 dias corridos do recebimento de ordem de serviço | CONTRATADA/ CNMP | Início: 1º Dia  Término: 10º Dia |
| b | Fornecimento do Software enteliWEB e entrega dos materiais/equipamentos no almoxarifado do CNMP e prazo máximo para entrega com análise concluída do projeto executivo elaborado pela CONTRATADA | 20 dias corridos após o item “a” desta tabela | CONTRATADA | Início: 11º Dia  Término: 30º Dia |
| c | Instalação, configuração e desenvolvimento do módulo de automação e entrega do sistema em funcionamento com comissionamento | 20 dias corridos após o item “b” desta tabela | CONTRATADA | Início: 31º Dia  Término: 50º Dia |

* 1. A contagem dos prazos apresentados na tabela acima (início da execução dos serviços) ocorrerá com a emissão da Ordem de Serviço.
  2. Os materiais, equipamentos, dispositivos, componentes e softwares deverão ser fornecidos e instalados no (a) Edifício Sede do Conselho Nacional do Ministério Público, localizado no (a) Setor de Administração Federal, Lote 3, Quadra 2 – Edifício Adail Belmonte, Brasília – DF.
  3. O serviço deverá ser prestado nas condições especificadas neste Termo de Referência.

Do Recebimento

* 1. Os fornecimentos e serviços previstos nas etapas b e c, apresentadas no item 11.1, serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
  2. O pagamento do fornecimento do software (item 26 da tabela do item 3.3.1) só será efetuado mediante o fornecimento do(s) produto(s) está associado à sua completa instalação, configuração e fornecimento das instruções básicas, conforme previsto no item 3.3.9.6.
  3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
  4. Os serviços, conforme previsto no cronograma de pagamento, serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados.
  5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
  6. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
  7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Do Pagamento

* 1. Os pagamentos ocorrerão mediante a emissão dos termos de aceite da entrega para a etapa b, apresentada no item 11.1; e o atestado de recebimento definitivo relacionado à etapa c, apresentada no item 11.1.
     1. O pagamento do fornecimento do software (item 26 da tabela do item 3.3.1) estará condicionado ao atendimento do item 11.6.
  2. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos materiais entregues e serviços efetivamente prestados, em até 5 (cinco) dias úteis, para as faturas cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, e em até 10 (dez) dias úteis a partir desse valor, contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, acompanhada do atesto do Fiscal do contrato, conforme o disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **CRONOGRAMA DE PAGAMENTO** | | | |
| **Parcela** | | **Pagamento** | |
| **1** | Cumprimento da etapa **b** da tabela Item 11.1 mediante conferência e aceite dos itens entregues. | Após a conferência e aceite da entrega será emitido o termo de aceite da entrega e o pagamento da parcela referente aos itens entregues. | Será pago à CONTRATADA o valor referente ao fornecimento dos produtos e equipamentos fisicamente entregues. Não são serão computados, neste pagamento, soluções de software que dependem de serviços de instalação e configuração para serem utilizados. |
| **2** | Finalizada a etapa **c** de instalação e configuração da solução prevista, incluindo as soluções de software e inclusões/adequações dos sistemas de automação, mediante a conferência e aceite dos itens entregues. | Após a conferência e aceite da entrega será emitido o termo de aceite da entrega e o pagamento da parcela referente aos serviços e itens entregues. | Atestando-se a execução dos serviços previstos e a entrega dos sistemas de automação e dos sistemas computacionais previstos, estes devidamente instalados e configurados, em condições de utilização, será realizado o pagamento do item de serviço. (mediante o atesto do recebimento definitivo) |

* 1. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/96), não serão feitas as retenções de que trata a citada instrução normativa, ficando a CONTRATADA nesse caso obrigada a informar no corpo da nota fiscal e, apresentar declaração, na forma do Anexo IV da mesma Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.
  2. O pagamento será feito por meio de Depósito na conta corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva fatura ou nota fiscal do fornecimento, acompanhada do atesto do Fiscal do Contrato.
  3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, e ainda, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da CONTRATADA, e a descrição clara e sucinta do objeto.
  4. Sobre o valor da Nota Fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012.
  5. A CONTRATADA deverá, ainda, com a Nota Fiscal/Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.
  6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
  7. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

1. **RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

Da Contratante

* 1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
  2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais;
  3. Aplicar as sanções, conforme previsto neste termo de referência;
  4. Assegurar o acesso de pessoal autorizado pela CONTRATADA, devidamente identificado, responsável pela execução dos serviços, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;
  5. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
  6. Será nomeado Gestor para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e atestando a nota fiscal quando do recebimento definitivo.
  7. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação.
  8. Manter arquivado, junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente termo, toda a documentação referente ao mesmo.
  9. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que atrapalhar ou dificultar a fiscalização, ou cuja conduta esteja inadequada, a critério do CNMP.
  10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
  11. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços realizados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos.
  12. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço realizado, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido.
  13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato/objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
  14. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao serviço CONTRATADO, que venham a ser solicitadas pelos técnicos da CONTRATADA.
  15. Anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do serviço, fixando prazo para a sua correção.

Da Contratada

* 1. Entregar o objeto do contrato conforme especificado e dentro do prazo de entrega estipulado neste Termo de Referência.
  2. Prestar garantia e suporte técnico conforme estabelecido neste Termo de Referência.
  3. Responder pela qualidade dos produtos oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam, bem como pelo fornecimento ou eventuais atrasos.
  4. Comprovar de que fazem parte do seu quadro técnico profissional, ou ainda, declaração de contratação futura deste profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência deste, com especialidade em manutenção de sistemas de automação, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada por ele, para sistema automatizado da Delta Controls, com experiência em suas respectivas áreas comprovada na carteira de trabalho; e, também, de profissional com curso técnico com especialidade em manutenção de sistemas de banco de dados, com certificado de capacitação, fornecido pelo fabricante ou empresa credenciada do mesmo, para sistema Banco de Dados (SQL), com experiência em suas respectivas áreas comprovada na carteira de trabalho.
  5. Conceder ao CONTRATANTE o direito de exercer ampla fiscalização sobre os serviços em andamento, prestando ao CONTRATANTE todas as informações e esclarecimentos solicitados;
  6. Atentar para as normas de segurança nas dependências do CONTRATANTE, devendo apresentar seus técnicos devidamente identificados por meio de crachás e/ou uniformizados;
  7. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos causados à estrutura física do CONTRATANTE ou à propriedade de terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração ou ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos, sem prejuízo de poder denunciar a CONTRATADA de pleno direito. A fiscalização ou o acompanhamento dos serviços por parte do CONTRATANTE, não excluem ou reduzem a responsabilidade da CONTRATADA;
  8. Substituir, imediatamente, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios pela Contratante.
  9. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
  10. Fornecer todo o material, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, sendo que os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade;
  11. Não se associar com outrem, não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto ora licitado;
  12. É vedado à CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual, caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
  13. Indicar formalmente, antes de iniciar a prestação dos serviços, o preposto da CONTRATADA perante a Administração, informando seu endereço de e-mail e telefones para contato. Ele será responsável pela prestação de todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE, bem como, pela perfeita execução dos serviços e cumprimento das solicitações feitas pelo Gestor do Contrato. Em caso de necessidade de alteração do preposto indicado, seja por motivo de férias, afastamento ou outro qualquer, a Administração deverá ser informada imediatamente;
  14. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação pertinente.
  15. Disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes;
  16. Manter atualizado o endereço comercial, de e-mail, o número de telefone e de fax;
  17. Resguardar que seus funcionários cumpram as normas internas do CONTRATANTE e impedir que os que cometerem faltas a partir da classificação de natureza grave continuem na prestação dos serviços.
  18. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos prestadores de serviço acidentados ou com mal súbito.
  19. Relatar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 dias, irregularidades ocorridas que impeçam, alterem ou retardem a execução do contrato/objeto, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas.
  20. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Art. 55, XVIII Lei 8.666/93).
  21. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (Art. 70 Lei 8.666/93).
  22. A CONTRATADA deve responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço.
  23. A CONTRATADA deve observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.
  24. A CONTRATADA obriga-se a manter, nas dependências do CONTRATANTE, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança.
  25. É vedado à CONTRATADA reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.

1. **Critérios para Julgamento da Proposta**
   1. A proposta apresentada deverá conter o CNPJ da proponente, prazo de validade e ser endereçada ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.
   2. Nos preços da proposta deverão estar inclusos todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas e fretes.
   3. As proponentes deverão apresentar preços unitários e totais, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços - Anexo II do Edital.
2. **CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDOS PARA A CONTRATADA**
   1. Para fins de habilitação técnica para a prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência, a licitante deverá apresentar os seguintes atestados ou declarações:
   2. Certidão de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em nome da licitante, com validade na data de abertura do certame, onde conste que a empresa atue na prestação de serviços de automação predial, ou equivalente, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante ou da base de uma de suas filiais.
   3. No caso de a licitante ter a sua sede fora da jurisdição do Distrito Federal, deverá providenciar registro ou visto no CREA-DF, na hipótese de sagrar-se vencedora da licitação.
   4. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado da CAT (Certidão de Acervo Técnico), emitido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, de profissional(ais) engenheiro(s) mecânico(s), responsável(eis) técnico(s) pela realização dos serviços, que certifique(m) a execução de serviços relativos à implantação ou manutenção de sistemas de automação predial, ou equivalente.
   5. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m), explicitamente, ter a licitante prestado implantação ou manutenção de sistemas de automação predial, ou equivalente.
   6. A comprovação poderá ser realizada mediante a apresentação de um ou mais atestados, desde que, ao menos, cada requisito mínimo seja atendido por um único atestado.
   7. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar impresso(s) em papel timbrado da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone, fax e correio eletrônico do responsável pela emissão do atestado.
   8. Declaração, datada e assinada pelo responsável legal da pessoa jurídica, de que possui instalação apropriada e aparelhamento para a execução do serviço disponível na região do Distrito Federal, reservando ao CNMP o direito de vistoriá-la, antes da assinatura do contrato, podendo desclassificar a empresa que tenha condições insatisfatórias.
   9. Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, é “facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”
   10. Relação explícita e declaração formal da disponibilidade da licitante de equipamentos, veículos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação;
   11. A licitante deverá apresentar declaração de que na execução dos serviços objeto do presente Termo Referência, obedecerá às Normas Técnicas da ABNT e as orientações do fabricante dos equipamentos, e legislações pertinentes e aplicáveis;
   12. Apresentar Declaração de Vistoria (Facultativo) expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, atestando que a licitante vistoriou, através de seu Responsável Técnico, devidamente identificado, as dependências da sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília/DF, tomando conhecimento dos locais, complexidade e dificuldade pertinentes a realização do objeto desta licitação.
   13. A mencionada vistoria deverá ser realizada até 1 dia útil antes da data prevista para a abertura da licitação, não sendo admitida, em hipótese alguma, qualquer alegação de desconhecimento, total ou parcial, dos serviços após a licitação;
   14. A licitante poderá agendar a vistoria junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, por meio do telefone (0XX61) 3366-9131 das 13h00 às 17h00, junto à Coordenaria de Engenharia;
   15. Na vistoria a licitante poderá efetuar os levantamentos necessários para subsidiar a elaboração de suas propostas e eliminar possíveis omissões, falhas ou incompatibilidade com as informações constantes no edital;
   16. Durante a vistoria, a licitante deverá, com base em sua experiência empresarial, de acordo com seus critérios e métodos, complementar o diagnóstico geral das características dos equipamentos em questão, avaliando, assim, o estado atual de conservação de seus componentes e o grau de dificuldade inerente à execução do objeto contratual.
   17. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, junto com a documentação de habilitação, Declaração de que tem conhecimento da complexidade, dos aspectos relativos aos serviços e demais informações necessárias para a execução do objeto da licitação responsabilizando-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação;
   18. Em até 10 dias corridos do recebimento da ordem de serviço, a licitante vencedora deverá apresentar à CONTRATANTE comprovação da capacidade técnica dos profissionais responsáveis pelas atividades de desenvolvimento de programação no sistema de automação Data Controls e dos desenvolvimentos envolvendo o sistema Banco de Dados (SQL), conforme tratados nos itens 6.1.2, 6.1.3, bem como Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, do engenheiro responsável, item 6.1.1.
       1. Deverá também comprovar que os profissionais envolvidos no projeto fazem parte do seu quadro técnico. Esta comprovação deverá ser feita com a apresentação da cópia da CTPS, contrato de prestação de serviços ou contrato social.
3. **Vistoria**
   1. As empresas interessadas em participar do certame poderão realizar vistoria nas dependências da sede do Conselho Nacional do Ministério Público para verificar as condições de prestação dos serviços, tomar conhecimento de peculiaridades relacionadas ao fornecimento e avaliar o grau de complexidade das tarefas a serem desenvolvidas. A vistoria poderá ser realizada até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para a abertura da licitação, não sendo admitida, em hipótese alguma, qualquer alegação de desconhecimento, total ou parcial, dos serviços a serem prestados, suas peculiaridades e complexidade, após a licitação. A licitante interessada em realizar a vistoria deverá agendá-la junto à Coordenadoria de Engenharia do CNMP, por meio do telefone 3366-9131, no período da tarde.
4. **Alteração Subjetiva**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
5. **Controle da Execução**
   1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
   2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes (Art. 67, §2º Lei 8.666/93).
   3. O contrato assinado ou a ordem de serviço acompanhada da Nota de Empenho constituirão documentos de autorização para a execução dos serviços.
   4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
   5. O Conselho Nacional do Ministério Público, poderá rejeitar o objeto contratado, no todo ou em parte, se em desacordo com o Termo de Referência.
   6. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao Objeto da presente contratação, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.
6. **Das Sanções Administrativas**
   1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato.
   2. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.
   3. Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:
      1. Advertência;
      2. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na tabela de penalidades deste termo de referência:
         1. Multa moratória de 0,05 % sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 30 dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.
         2. Pela caracterização de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de até 20% do valor global do contrato.
         3. Após o 30º dia de atraso, os serviços poderão, a critério do CONTRATANTE, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do Contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.
         4. Pela caracterização de inexecução total do objeto contratado, será aplicada multa de até 30% do valor global do contrato.
      3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNMP, por até 02 (dois) anos;
      4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
   4. No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n. º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.
   5. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n. º 8.666/93 e a constantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.
   6. De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:
   7. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
   8. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
   9. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   10. Da aplicação das penas definidas no caput e no § 1º do art. 87, da Lei n. º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis da data de intimação do ato.
   11. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei n. º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
   12. Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.
   13. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do CONTRATANTE, localizado no edifício Adail Belmonte, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 03 Lote 02, Brasília/DF, nos dias úteis, das 13h às 17h.
   14. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º da Lei 8.666/93).
7. **Tabela de Penalidades**

Considerações iniciais

* 1. A advertência não é pressuposto para aplicação das outras penalidades, se as circunstâncias exigirem punição mais rigorosa. Ela será aplicada de maneira preventiva e pedagógica nas infrações de menor ofensividade e leves (Níveis 01 e 02), conforme constam nas tabelas abaixo. Essas infrações possuem as seguintes características:
     1. Não causam prejuízo à Administração;
     2. A CONTRATADA após a notificação, diligencia para resolver o problema, fornecer o produto ou executar o serviço e
     3. Nas hipóteses que há elementos que sugerem que A CONTRATADA corrigirá seu procedimento.
  2. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNMP poderá ser aplicada nas hipóteses previstas no Art. 88 da Lei nº 8.666/93 e também nas seguintes:
     1. Descumprimento reiterado de obrigações fiscais e
     2. Cometimento de infrações graves, muito graves e gravíssimas, considerando os prejuízos causados à CONTRATANTE e as circunstâncias no caso concreto.
  3. Por fim, A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União e ser descredenciada no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste termo e demais cominações legais, nos seguintes casos: apresentação de documentação falsa, retardamento, falha e fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo e fraude fiscal.
  4. A multa poderá ser acumulada com quaisquer outras sanções e será aplicada na seguinte forma:

*Percentual máximo para as infrações previstas na Lei 10.520/2002*

|  |  |
| --- | --- |
| INFRAÇÃO | MULTA (% sobre o valor global do contrato) |
| 1) apresentação de documentação falsa  2) fraude na execução contratual  3) comportamento inidôneo  4) fraude fiscal  5) inexecução total do contrato | Até 30% (trinta por cento) |
| 6) inexecução parcial  7) descumprimento de obrigação contratual | Até 20% (vinte por cento) |

* 1. Além dessas, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados nas tabelas a seguir:

*Classificação das infrações e multas*

|  |  |
| --- | --- |
| NÍVEL | CORRESPONDÊNCIA  (Por ocorrência sobre o valor global do CONTRATADA) |
| 1 (menor ofensividade) | 0,2%. |
| 2 (leve) | 0,4%. |
| 3 (médio) | 0,8%. |
| 4 (grave) | 1,0%. |
| 5 (muito grave) | 2,0 %. |
| 6 (gravíssimo) | 3,0 %. |

* 1. Todas as ocorrências contratuais serão registradas pelo CONTRANTE, que notificará a CONTRATADA dos registros. Serão atribuídos níveis para as ocorrências, conforme tabela abaixo:

*Infrações e correspondentes níveis*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INFRAÇÃO | | |
| Item | Descrição | Nível |
| 1 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato sem prévia e expresso acordo do CONTRATANTE. | 6 |
| 2 | Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras. | 6 |
| 3 | Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE | 4 |
| 4 | Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos. | 4 |
| 6 | Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do contrato | 3 |
| 7 | Deixar de sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE, que inclui o atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados. | 4 |
| 8 | Deixar de responsabilizar-se pelos produtos e materiais utilizados na montagem do objeto da contratação, assim como deixar de substituir imediatamente qualquer material que não atenda aos critérios especificados neste termo. | 4 |
| 9 | Deixar de zelar pelas instalações do CONTRATANTE | 3 |
| 10 | Deixar de responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço. | 6 |
| 11 | Deixar de responsabilizar-se pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço. | 6 |
| 12 | Deixar de observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho. | 6 |
| 13 | Deixar de manter nas dependências do CONTRATANTE, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança. | 2 |
| 14 | Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação | 6 |
| 15 | Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus prestadores de serviço e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros. | 6 |
| 16 | Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar os serviços e comprovar regularizações e as exigências previstas neste Termo de Referência. | 5 |
| 17 | Deixar de assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos prestadores de serviço acidentados ou com mal súbito. | 6 |
| 18 | Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento. | 5 |
| 19 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto. | 5 |
| 20 | Recusar fornecimento determinado pela fiscalização sem motivo justificado. | 3 |
| 21 | Retirar das dependências do CNMP quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia. | 3 |
| 22 | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes. | 6 |

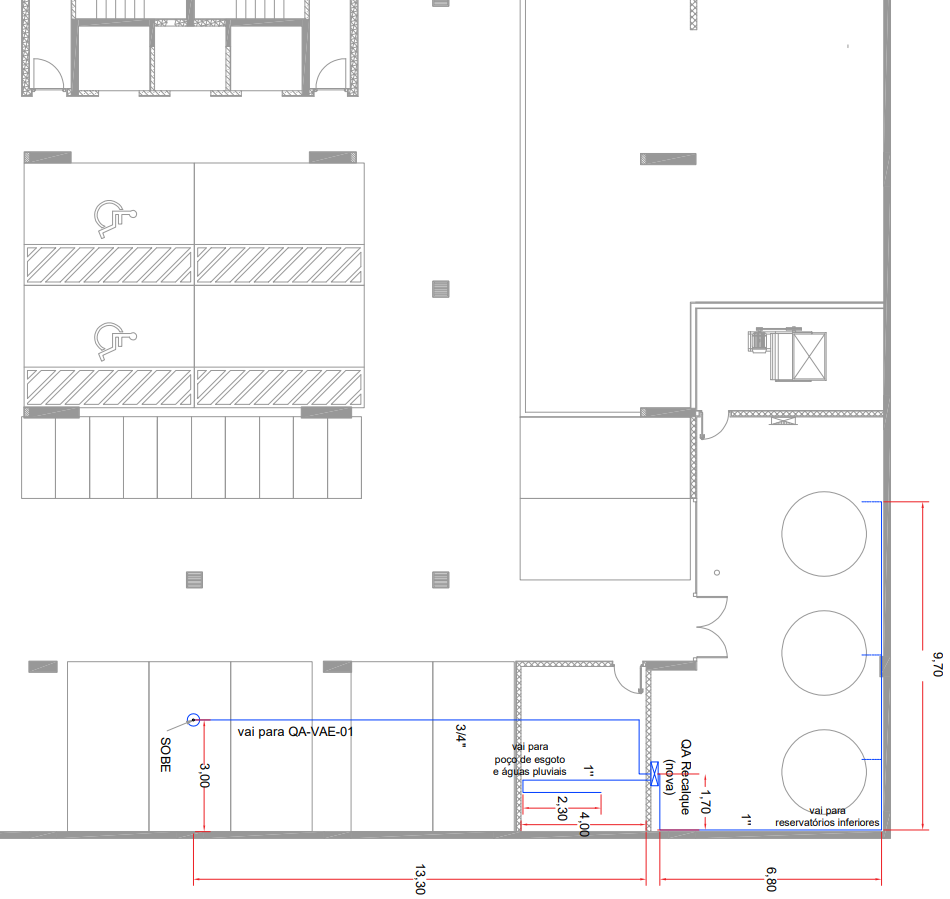
* 1. Em caso de registro de infração na qual a CONTRATADA apresente justificativa razoável e aceita pelo fiscal do contrato, o nível da infração poderá ser desconsiderado ou inserido em uma categoria de menor gravidade.
  2. A inexecução parcial ou total do contrato será configurada, entre outras hipóteses, na ocorrência de, pelo menos, uma das seguintes situações:

*Qualificação da inexecução contratual*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| GRAU | QUANTIDADE DE INFRAÇÕES | |
| Inexecução Parcial | Inexecução Total |
| 1 | 7 a 11 | 12 ou mais |
| 2 | 6 a 10 | 11 ou mais |
| 3 | 5 a 9 | 10 ou mais |
| 4 | 4 a 6 | 7 ou mais |
| 5 | 3 a 4 | 5 ou mais |
| 6 | 2 | 3 ou mais |

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

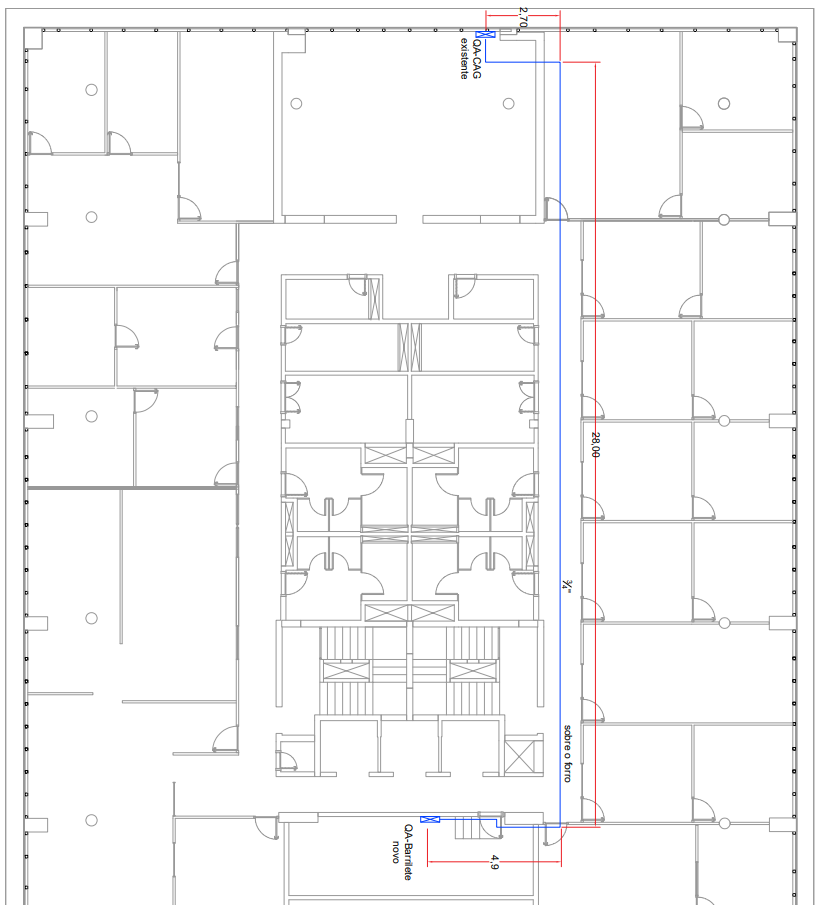
**PLANTAS COM AS MEDIDAS COMPLEMENTARES E ROTAS DE INTERLIGAÇÃO ENTRE QUADROS DE AUTOMAÇÃO E COMANDO**

****

**Figura A: Situação 2º. Subsolo**

****

**Figura B: Situação 1º. Subsolo**

****

**Figura C: Situação Cobertura**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 16/2021**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI** [**19.00.6**](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador.php?acao=arvore_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_procedimento=272683&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110001032&infra_hash=c193d43f623742df698c124c7e479fc3f356234d1c160dfbe34a1be154295d44#_blank)**160.0001222/2021-44**

**UASG – 590001**

**ANEXO II**

**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO**

**AO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2021**

**Dados da Empresa**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Eletrônico (*e-mail*):

Tel/Fax:

Endereço:

Banco: Agência: C/C:

**Dados do Representante Legal, responsável pela assinatura do Contrato**

Nome:

Função:

CPF:

Telefone/Fax:

**Endereço Eletrônico (*e-mail*):**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **INSTALAÇÃO DE MEDIDORES E SENSORES DE NÍVEL DE ÁGUA COM INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO PREDIAL** | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unitário  (R$). | Valor Total  (R$) |
| 1 | HIDRÔMETRO MULTIJATO RELOJOARIA PLANA FIXA 40°C DN 1.1/2" QN 10 - DEVE POSSUIR SENSOR EMISSOR DE SINAL TIPO PULSO IMPLEMENTADO | UNIDADE | 11 |  |  |
| 2 | CONTROLADORA DAC1600 - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 1 |  |  |
| 3 | CONTROLADORA DFM1600 - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 1 |  |  |
| 4 | CONTROLADORA DFM400P - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 4 |  |  |
| 5 | CHAVE DE NÍVEL DO TIPO BOIA PERA | UNIDADE | 10 |  |  |
| 6 | TRANSMISSOR DE NÍVEL DO TIPO HIDROSTÁTICO | UNIDADE | 1 |  |  |
| 7 | TRAFO 220V para 24v | UNIDADE | 2 |  |  |
| 8 | BLOCO DE CONTATO AUXILIAR PARA BOTOEIRA PENDENTE, 1NA | UNIDADE | 2 |  |  |
| 9 | QUADRO DE COMANDO - 500X500X200 | UNIDADE | 2 |  |  |
| 10 | SUPORTE PARA DISJUNTOR DIN - TRILHO DIM - AÇO GALVANIZADO - 1 Metro | BARRA | 1 |  |  |
| 11 | DISJUNTOR UNIPOLAR 16A -CURVA C | UNIDADE | 2 |  |  |
| 12 | TOMADA PARA TRILHO | UNIDADE | 2 |  |  |
| 13 | BORNE - TERMINAL DE PASSAGEM (SAK) - FASE 2,5 MM | UNIDADE | 100 |  |  |
| 14 | CANALETA RECORTE ABERTO 30X30 CINZA | BARRA | 4 |  |  |
| 15 | CABO PARA CONTROLE/INSTRUMENTAÇÃO ELETRÔNICA COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM BLINDAGEM COLETIVA COM FITA DE POLIESTER ALUMINIZADA OU MALHA EM COBRE ESTANHADO, COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR-7289, NM-280 - ROLO DE 100 Metros | ROLO | 4 |  |  |
| 16 | CABO PP FLEXÍVEL COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR NM 280 e NBR NM 247-2 - ROLO DE 100 Metros | ROLO | 2 |  |  |
| 17 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 3/4", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 3/4" | UNIDADE | 26 |  |  |
| 18 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 3/4" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | UNIDADE | 18 |  |  |
| 19 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 1", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 1". | UNIDADE | 16 |  |  |
| 20 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 1" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | UNIDADE | 18 |  |  |
| 21 | LUVA ROSCÁVEL E SOLDÁVEL PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 22 |  |  |
| 22 | LUVA DE UNIÃO PVC MARROM 40MM 1.1/4" ÁGUA FRIA - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 22 |  |  |
| 23 | TUBO SOLDÁVEL PARA ÁGUA FRIA PVC MARROM 3 METROS DE COMPRIMENTO DIÂMETRO DE 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 2 |  |  |
| 24 | JOELHO 90° SOLDA PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 8 |  |  |
| 25 | ABRAÇADEIRA PARA FIXAR TUBOS PLÁSTICOS NA HORIZONTAL OU NA VERTICAL 1.1/4" - 40MM | UNIDADE | 22 |  |  |
| 26 | FORNECIMENTO DO SOFTWARE enteliWEB - DELTA CONTROLS, COM SUPORTE PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL, OPÇÃO DE LICENCIAMENTO eW500 COM OS SEGUINTES COMPLEMENTOS: - EV enteliVIZ graphics; -EM Energy management | LICENÇA | 1 |  |  |
| 27 | SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, INTEGRAÇÃO DOS DISPOSITIVOS, DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE AUTOMAÇÃO COM TELAS GRÁFICAS, REGISTRO DE DADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS, TESTES E COMISSIONAMENTO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS COMPLEMENTARES DO SISTEMA DELTA CONTROLS PARA IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E REGISTRO DOS NOVOS PARÂMETROS | SERVIÇO | 1 |  |  |
| **VALOR TOTAL ANUAL (R$):** | | | | |  |

Obs 1. – Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes, garantias, serviços de instalação, salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outros aplicáveis.

Obs. 2 – Declaramos de que a empresa possui todos os requisitos exigidos no edital e no termo de referência para o cumprimento do objeto contratual.

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 16/2021**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI** [**19.00.6**](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador.php?acao=arvore_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_procedimento=272683&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110001032&infra_hash=c193d43f623742df698c124c7e479fc3f356234d1c160dfbe34a1be154295d44#_blank)**160.0001222/2021-44**

**UASG – 590001**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**

**(RESOLUÇÕES CNMP nºs 37/2009 e 172/2017)**

(Nome/razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **DECLARO**, nos termos da Resolução nº **37/2009**, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que:

( ) os sócios desta empresa **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) os sócios desta empresa **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Nome do membro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Brasília, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura Representante Legal da Empresa)

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 16/2021**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI** [**19.00.6**](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador.php?acao=arvore_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_procedimento=272683&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110001032&infra_hash=c193d43f623742df698c124c7e479fc3f356234d1c160dfbe34a1be154295d44#_blank)**160.0001222/2021-44**

**UASG – 590001**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO CNMP Nº [XX]/[ANO]**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP, E A PESSOA JURÍDICA [NOME DA CONTRATADA]. (PROCESSO Nº [XX] – PREGÃO ELETRÕNICO Nº [XX]/[ANO])

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 2, lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, representado neste ato por sua Ordenador de Despesas, **[NOME]**, brasileiro, servidor público, RG [XX] – [ÓRGÃO]/[UF], CPF: [XX], no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria CNMP nº [XX], de [dia] de [mês] de [ano], ou, nas ausências e impedimentos desta, pelo seu substituto, **[NOME]**, brasileiro, servidor público, RG: [XX] – [ÓRGÃO/UF], CPF: [XX], conforme Portaria CNMP-PRESI nº [XX], [dia] de [mês] de [ano], ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica **[NOME DA CONTRATADA]**, CNPJ nº [XX], estabelecida na [endereço], neste ato representada por [NOME], inscrita no RG sob o nº [XX] – [ÓRGÃO]/[UF], e no CPF sob o nº [XX], residente e domiciliado em [Cidade/UF], e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo CNMP nº [XX], referente ao Pregão Eletrônico CNMP nº [XX], considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e, ainda, pelo Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019, pela Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços [detalhar o serviço] [endereço do local da prestação dos serviços].

Parágrafo único. A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do Processo nº [XX], e que, independentemente de transcrição, são parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem:

a) Edital de Pregão CNMP nº [XX/ANO], Termo de Referência e demais anexos;

b) Ata da Sessão do Pregão, iniciada em [DIA/MÊS/ANO] e encerrada em [DIA/MÊS/ANO];

c) Proposta final firmada pela CONTRATADA em [DIA/MÊS/ANO], contendo o valor global e unitário dos serviços a serem executados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas do Edital e ou do Termo de Referência:

1) Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

2) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

3)

Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4) Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

5) Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

6) Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no termo de referência e no contrato.

Parágrafo primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo segundo. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e ou do Termo de Referência e, ainda, em especial:

1) Executar os serviços contratados em conformidade com o Termo de Referência – Anexo I do Edital, o qual fornece todas as orientações do CONTRATANTE;

2) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3) Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

4) Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

5) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

6) Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

7) Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

8) O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

9) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, **sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;**

10) Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual;

11) Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12) Disponibilizar uma conta *e-mail* para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço comercial e os números de telefone e de fax;

13) Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo CONTRATANTE;

14) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

15) Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do CONTRATANTE;

16) Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente Contrato;

17) Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, decorrente da execução do serviço contratado;

18) Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Contrato.

19) Independente de declaração expressa, cientificar-se e submeter-se, no que couber, ao disposto no CÓDIGO DE ÉTICA DO CNMP, estabelecido pela Portaria CNMP-PRESI Nº 44, de 9 de abril de 2018.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, **contados a partir da data de sua assinatura,** não podendo ser prorrogado e em conformidade com o cronograma de execução constante na tabela do subitem 11.1 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR**

O valor global do contrato é de R$ X,XX (XXX), conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unitário  (R$). | Valor Total  (R$) |
| 1 | HIDRÔMETRO MULTIJATO RELOJOARIA PLANA FIXA 40°C DN 1.1/2" QN 10 - DEVE POSSUIR SENSOR EMISSOR DE SINAL TIPO PULSO IMPLEMENTADO | UNIDADE | 11 |  |  |
| 2 | CONTROLADORA DAC1600 - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 1 |  |  |
| 3 | CONTROLADORA DFM1600 - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 1 |  |  |
| 4 | CONTROLADORA DFM400P - DELTA CONTROLS | UNIDADE | 4 |  |  |
| 5 | CHAVE DE NÍVEL DO TIPO BOIA PERA | UNIDADE | 10 |  |  |
| 6 | TRANSMISSOR DE NÍVEL DO TIPO HIDROSTÁTICO | UNIDADE | 1 |  |  |
| 7 | TRAFO 220V para 24v | UNIDADE | 2 |  |  |
| 8 | BLOCO DE CONTATO AUXILIAR PARA BOTOEIRA PENDENTE, 1NA | UNIDADE | 2 |  |  |
| 9 | QUADRO DE COMANDO - 500X500X200 | UNIDADE | 2 |  |  |
| 10 | SUPORTE PARA DISJUNTOR DIN - TRILHO DIM - AÇO GALVANIZADO - 1 Metro | BARRA | 1 |  |  |
| 11 | DISJUNTOR UNIPOLAR 16A -CURVA C | UNIDADE | 2 |  |  |
| 12 | TOMADA PARA TRILHO | UNIDADE | 2 |  |  |
| 13 | BORNE - TERMINAL DE PASSAGEM (SAK) - FASE 2,5 MM | UNIDADE | 100 |  |  |
| 14 | CANALETA RECORTE ABERTO 30X30 CINZA | BARRA | 4 |  |  |
| 15 | CABO PARA CONTROLE/INSTRUMENTAÇÃO ELETRÔNICA COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM BLINDAGEM COLETIVA COM FITA DE POLIESTER ALUMINIZADA OU MALHA EM COBRE ESTANHADO, COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR-7289, NM-280 - ROLO DE 100 Metros | ROLO | 4 |  |  |
| 16 | CABO PP FLEXÍVEL COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR NM 280 e NBR NM 247-2 - ROLO DE 100 Metros | ROLO | 2 |  |  |
| 17 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 3/4", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 3/4" | UNIDADE | 26 |  |  |
| 18 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 3/4" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | UNIDADE | 18 |  |  |
| 19 | CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 1", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 1". | UNIDADE | 16 |  |  |
| 20 | CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 1" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS | UNIDADE | 18 |  |  |
| 21 | LUVA ROSCÁVEL E SOLDÁVEL PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 22 |  |  |
| 22 | LUVA DE UNIÃO PVC MARROM 40MM 1.1/4" ÁGUA FRIA - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 22 |  |  |
| 23 | TUBO SOLDÁVEL PARA ÁGUA FRIA PVC MARROM 3 METROS DE COMPRIMENTO DIÂMETRO DE 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 2 |  |  |
| 24 | JOELHO 90° SOLDA PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO | UNIDADE | 8 |  |  |
| 25 | ABRAÇADEIRA PARA FIXAR TUBOS PLÁSTICOS NA HORIZONTAL OU NA VERTICAL 1.1/4" - 40MM | UNIDADE | 22 |  |  |
| 26 | FORNECIMENTO DO SOFTWARE enteliWEB - DELTA CONTROLS, COM SUPORTE PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL, OPÇÃO DE LICENCIAMENTO eW500 COM OS SEGUINTES COMPLEMENTOS: - EV enteliVIZ graphics; -EM Energy management | LICENÇA | 1 |  |  |
| 27 | SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, INTEGRAÇÃO DOS DISPOSITIVOS, DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE AUTOMAÇÃO COM TELAS GRÁFICAS, REGISTRO DE DADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS, TESTES E COMISSIONAMENTO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS COMPLEMENTARES DO SISTEMA DELTA CONTROLS PARA IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E REGISTRO DOS NOVOS PARÂMETROS | SERVIÇO | 1 |  |  |
| **VALOR TOTAL ANUAL (R$):** | | | | |  |

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado conforme o subitem 11.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ nº 11.439.520/0001-11,** e ainda, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. Sobre o valor da Nota Fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na **Instrução Normativa SRF nº 1.234/2012.**

Parágrafo terceiro. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/1996), não serão feitas as retenções de que trata a citada instrução normativa, ficando a CONTRATADA nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da mesma Instrução Normativa SRF nº 1.234/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

Parágrafo quarto. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente à Nota Fiscal/Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo sexto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, conforme disposto na Instrução Normativa MPOG nº 5/2017, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP,** sendo:

**I = (TX/100)**, assim apurado: I = (6/100) I = 0,00016438

**365** 365

Em que:

**I** = Índice de atualização financeira**;**

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

**Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.**

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução deste Contrato correrão, neste exercício, à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Conselho Nacional do Ministério Público, no Programa/Atividade [XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX], na categoria econômica [X.X.X.X.XX.XX], e, para o exercício seguinte, créditos próprios de igual natureza.

Parágrafo único. Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho nº [XX], de [DIA/MÊS/ANO], à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

**CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A CONTRATADA prestará garantia e assistência técnica dos dispositivos fornecidos e dos componentes a eles associados, nos termos do item 9 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA DEZ – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do Contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços e fornecimento de componentes objeto deste Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, consoante o disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA ONZE – DAS RESPONSABILIDADES**

A CONTRATADA responderá civil e criminalmente pelos prejuízos causados ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA responderá civilmente pelos furtos e roubos que porventura venham a ocorrer no interior das dependências do CONTRATANTE, nos casos em que ficar comprovado dolo ou culpa de seus prepostos ou empregados.

Parágrafo segundo. Na hipótese de verificação dos danos, a CONTRATADA ficará obrigada a promover a reposição do bem em condições idênticas ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

Parágrafo terceiro. Caso a CONTRATADA não promova a reposição do bem nos termos do Parágrafo segundo desta Cláusula, dentro do prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês.

**CLÁUSULA DOZE – DO RECURSO**

É admissível recurso dos atos do CONTRATANTE, decorrentes da execução deste Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva ciência, conforme art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA TREZE – DAS PENALIDADES E RECURSOS**

A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições do presente Contrato.

Parágrafo primeiro. Conforme o disposto no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019 e no Acórdão 754/2015 –TCU, a licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.

Parágrafo segundo. Uma vez iniciada a execução dos serviços contratados, a sua prestação de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas poderá acarretar, além do previsto nos parágrafos anteriores desta Cláusula, resguardados os procedimentos legais pertinentes:

a) advertência;

b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses previstas no item – Das Sanções Administrativas, do Termo de Referência **–** Anexo I do Edital.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Parágrafo terceiro. No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

Parágrafo quarto. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n º 8.666/1993 e a constantes do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

Parágrafo quinto. De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/1993, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo sexto. Da aplicação das penas definidas no § 1º e no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

Parágrafo sétimo. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/1993, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo oitavo. Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.

Parágrafo nono. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do CONTRATANTE, localizado no edifício Adail Belmonte, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 3 Lote 2, Brasília/DF, nos dias úteis, das 13h às 17h.

Parágrafo dez. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º da Lei 8.666/1993).

Parágrafo onze. As multas aplicadas são deduzidas do valor do pagamento devido ao licitante vencedor, quando possível, ou cobradas por via de procedimento extrajudicial ou judicial, conforme o caso.

**CLÁUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e

c) Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo terceiro. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo quarto. De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) Devolução de garantia, se houver;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) Pagamento do custo de desmobilização.

Parágrafo quinto. A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

a) Execução da garantia contratual para ressarcimento, ao CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;

b) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

**CLÁUSULA QUINZE – DA ALTERAÇÃO**

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

Parágrafo único. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICIDADE**

Incumbirá ao CONTRATANTE à sua conta e no prazo estipulado no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000, a publicação do Extrato deste Contrato e dos Termos Aditivos no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Brasília/DF para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas das obrigações aqui estabelecidas.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado pelas partes.

|  |  |
| --- | --- |
| **[NOME]**  CONTRATANTE | **[NOME]**  CONTRATADA |